CDD: 303.60981152

LAGO GRANDE DE MONTE ALEGRE: RELATO SOBRE GENTE, AMBIENTE E CONFLITOS SOCIAIS NO MÉDIO AMAZONAS[1]

Lourdes Gonçalves Furtado[2]
Ivete Herculano do Nascimento[3]
Edna Ferreira Alencar[4]
Edma Silva Moreira[5]

RESUMO – Este artigo é resultante da pesquisa realizada no Lago Grande de Monte Alegre, município do mesmo nome, em dezembro de 1993, no bojo do Projeto IARA, coordenado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), tendo como tema a análise antropológica da luta pela apropriação e manutenção dos espaços construídos como recurso primário. Em três Relatórios apresentados procedeu-se à identificação, definição e descrição das áreas de tensão e conflito e respectivos atores do processo, oferecendo instrumento de análise às organizações e movimentos sociais e contribuindo para o acervo de conhecimento científico sobre um dos principais ecossistemas amazônicos e de um segmento da sociedade regional ainda pouco conhecido. A metodologia foi a comumente utilizada pela Antropologia, o trabalho de campo, com a observação direta, no contato cotidiano nas comunidades, subsidiados pela bibliografia já produzida.

---

1 Trabalho apresentado inicialmente como Relatório Final da equipe de antropologia do Projeto IARA/IBAMA.

2 PR/MCT-CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. Pesquisadora Titular. Depto. de Ciências Humanas. Caixa Postal 399. Cep. 66040-170, Belém-PA. Tel. (091) 274.0857.

3 PR/MCT-CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. Pesquisadora Associada. Depto. de Ciências Humanas. Caixa Postal 399. Cep. 66040-170, Belém-PA.

4 PR/MCT-CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. Bolsista de Desenvolvimento Regional. Projeto RENAS.

5 PR/MCT-CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico. Projeto RENAS.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos, Pesca ribeirinha, Política pesqueira, Pesca tradicional.

ABSTRACT – This article is a result of a research conducted on Lago Grande of Monte Alegre, of which the municipality has the same name. It started in 1993, as part of the IARA Project, coordinated by IBAMA, having as its theme the anthropologic analysis of the conflict for appropriation and maintenance of built areas as primary resources. In three reports, information was given about identification, definition and description of the tension and conflict areas and the related actors of the process, offering instruments of analysis to organizations and social movements as well as contributing to the body of scientific knowledge. The methodology was the one commonly used by Anthropology - fieldwork, with direct observation, on a daily base contact with communities; based on the existing bibliography.

KEY WORDS: Conflicts, Ripariam fishing, Fishing policy, Small fishing.

INTRODUÇÃO

A evidência de conflito e/ou tensões, envolvendo atores sociais em diferentes áreas na Amazônia, tem despertado interesse para diferentes ações de pesquisas e estudos no sentido de compreendê-los e solucioná-los. De um lado os conflitos da terra e de outro os das águas.

Conquanto desenhados em diferentes formas, partilham de um mesmo conteúdo: a luta pela apropriação e manutenção da posse dos espaços construídos como recurso primário.

Se abstrairmos a terra, enquanto objeto de trabalho e de disputa, como recurso primário para obtenção de renda, a analogia entre os espaços aquáticos enquanto tal é pertinente. Daí a similitude que ganham esses dois tipos de conflitos sociais no que concerne à sua natureza intrínseca. É o que têm revelado os estudos na linha antropológica e, em particular, os que foram realizados no marco do projeto Iara.

Ao finalizarem-se as atividades de campo, constatou-se a hipótese anterior, levantada a propósito da dimensão dos conflitos da pesca na região do Médio e Baixo Amazonas, com base em experiências anteriores da equipe envolvida. Assim, a situação dos conflitos nessas regiões, embora guarde em si aspectos locais, é permeada por situações mais gerais que refletem sua dinâmica, por isso o conflito ou os conflitos não devem ser encarados como uma situação absolutamente singular ou isolada, cujas soluções seriam buscadas nesse microcosmo social e ambiental. Ao contrário, as soluções devem ser buscadas dentro e fora desse contexto.

A pesquisa de campo contou com a colaboração das Tecnologistas do Museu Goeldi/DCH, Maria das Graças Santana (Especialista em Antropologia) e Gilma D'Aquino (Bacharel em Ciências Sociais).

Cabe aqui uma pequena digressão para situar, *lato sensu*, a entrada dos autores deste trabalho no marco do Projeto Iara e, nos itens subseqüentes, apresenta-se a pesquisa e seus resultados no período de dois anos. Com isso, situa-se mais claramente a natureza e o fim dessa pesquisa antropológica como aporte interativo, e como passou a integrar o mencionado projeto visando a uma etnografia dos conflitos na região do Lago Grande de Monte Alegre.

Em 1992, houve no MPEG a visita de Ítalo Araruna Vieira e Bernd Mitlewisk, respectivamente engenheiro de pesca e antropólogo do IBAMA e Coordenadores do Projeto Iara. Na ocasião, foi discutida a possibilidade de participação do Departamento de Ciências Humanas/DCH do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG no Projeto Iara, com um subprojeto dentro da vertente sócio-econômica, visando a preencher uma lacuna existente no citado projeto, que se referia a uma abordagem antropológica das situações pertinentes às comunidades da área de abrangência das pesquisas, em particular aos conflitos da pesca na região do Lago Grande de Monte Alegre. O interesse era que fosse apresentada uma descrição dos conflitos existentes em comunidades

pesqueiras da região do Lago Grande e identificados, nessas comunidades, os caminhos apontados por elas para solução dos mesmos.

Aceitou-se o convite. Naquela ocasião, apresentou-se a necessidade da introdução de bolsistas à equipe, para auxiliar nas tarefas de gabinete e de campo demandadas pelo Projeto Iara.

Como resultado das negociações, o DCH/MPEG apresentou o projeto como proposta *Etnografia dos Conflitos na Região do Baixo Amazonas: o Caso do Lago Grande de Monte Alegre*, Projeto Etnografia dos Conflitos. A Proposta foi aprovada pelo IBAMA, juntamente com a concessão de duas bolsas, sendo 01 de Aperfeiçoamento Científico e 01 de Desenvolvimento Regional, ambas engajadas no Projeto *RENAS-Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas da Amazônia: Estudo da Relação do Homem com Seu Meio Ambiente em Populações Haliêuticas* (Convênio CNPq-Museu Goeldi/FNMA-SEMAN-PR).

OS CONFLITOS DA PESCA COMO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO NO MÉDIO AMAZONAS

Pesquisas anteriores realizadas por Hartmann (1992) na região de Monte Alegre e por Furtado (1993) na região de Óbidos, no contexto social e ambiental envolvente – o Médio Amazonas – atestam a presença desses conflitos sociais na pesca envolvendo diferentes atores que se confrontam em diferentes frentes e por diferentes objetos.

As pesquisas anteriores do Projeto Iara também apontam grupos conflitantes na região do Lago Grande de Monte Alegre (Figura 1), indicando registros com relação a esses grupos e descrição sumária dos conflitos. Nesse sentido, algumas definições se apresentam:

Ribeirinhos × Pescadores Comerciais, em razão da entrada de grandes barcos de pesca comercial em águas de pequenas comunidades;

Ribeirinhos × Grandes Fazendeiros, devido à violação dos direitos dos ribeirinhos no que concerne à propriedade de terras inundadas e da destruição das margens dos lagos pelo gado bubalino;

Ribeirinhos × Ribeirinhos, em virtude do manejo de terras e recursos naturais locais, das áreas de refúgio e de alimentação dos peixes;

Pescadores Comerciais × Pescadores Comerciais, em razão da pesca comercial local encontrar-se ameaçada por grandes geleiras provenientes de grandes centros urbanos como Belém, Manaus, dentre outros.[6]

Diante da problemática em evidência – que tem afetado tanto a população nativa quanto os diferentes segmentos da população urbana demandante dos produtos das pescarias locais e regionais de Monte Alegre – a coordenação do Projeto Iara propôs a pesquisa em caráter etnográfico, tendo em vista a busca de respostas para as questões sobre: a) origem dos conflitos; b) caracterização dos conflitos envolvendo as pescarias na região do Lago Grande de Monte Alegre; c) atores sociais envolvidos nesses conflitos; d) áreas de conflito; e) soluções apontadas pela comunidade.

Realizada a pesquisa, o presente trabalho além de oferecer uma síntese de três relatórios anteriormente apresentados ao Projeto Iara, registra os resultados obtidos com as diferentes etapas de campo e de laboratório, realizada pela equipe de Antropologia do Museu Goeldi, entre 1993 e 1995, no sentido das respostas para as questões colocadas pelo Projeto.

A equipe esteve integrada ora em Belém ora em campo, porém as duas bolsistas permaneceram em contínuo contato com as comunidades ribeirinhas do Lago. Desse trabalho, resultaram relatórios parciais de bolsas, dirigidos ao CNPq.

---

6 Dados colhidos na sede de IBAMA de Santarém, em dezembro de 1993.

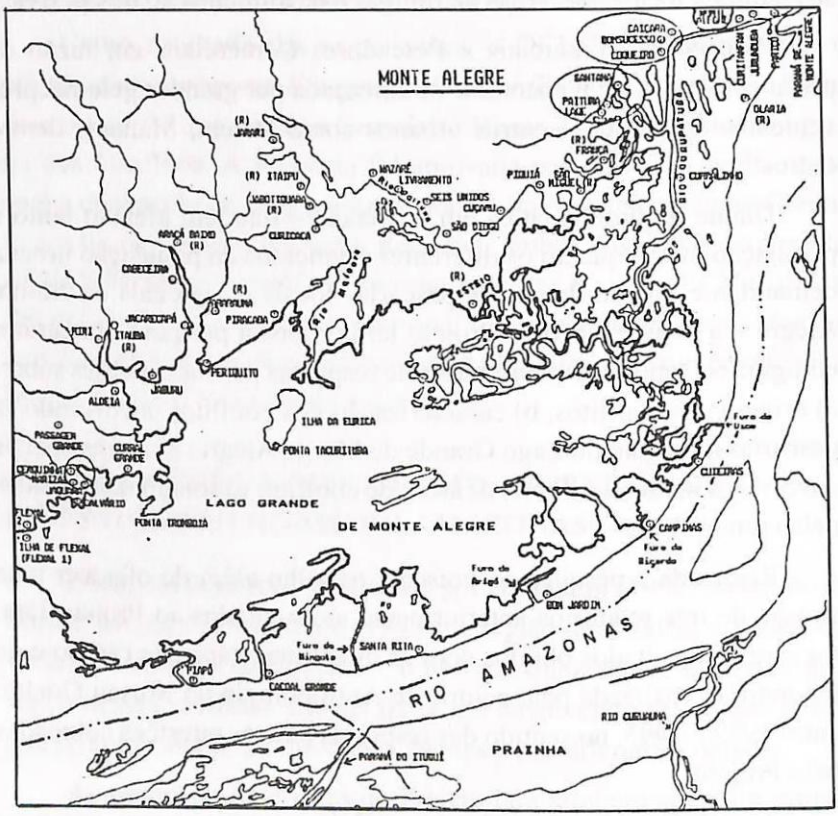

Figura 1. Mapa da área do Lago Grande de Monte Alegre, Pará (Projeto Iara).

A ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS DA PESCA (ECP) COMO COMPONENTE DO PROJETO IARA

Um estudo dessa natureza, aqui denominado de ECP, demandaria um considerável tempo de permanência em campo, não fosse a experiência de membro da equipe do Museu Goeldi nesse tema e na região em que se insere Monte Alegre e suas respectivas áreas de conflito. Em diferentes e sucessivas etapas de campo na região do Médio Amazonas (verão e inverno), dentre elas uma etapa de quatro meses ininterruptos, experimentou-se um contato direto com variadas situações de conflito na pesca, envolvendo diferentes áreas e atores à semelhança da situação de Monte Alegre. Exemplos são encontrados no Lago do Jauari, Lago Paru, em Óbidos e Lago do Salé, em Juruti (Furtado1993). Por outro lado, as oportunidades de trabalho de campo em Santarém, região do Lago Grande de Vila Franca ou da Franca pelo Projeto RENAS, revelaram-se como um novo momento para tal experiência. Uma das bolsistas vivenciou situação semelhante enquanto era desenvolvida a pesquisa sobre estratégias de subsistência e de preservação ambiental naquela região fluvial e lacustre. Isto, evidentemente, forneceu base e segurança para a opção por um tempo menor de permanência em campo, sem qualquer prejuízo para interpretação e análise dos fatos.

Somaram-se a estas experiências de campo as de Monte Alegre, com o estudo específico nessa região e seu cronograma de atividades *in loco*, segundo a demanda do Projeto Iara.

A elaboração do projeto ECP foi norteado por metas gerais, marcadas por duas relevantes dimensões: a conceptual e a estrutural.

Do ponto de vista conceptual, buscou-se, através de procedimentos antropológicos, realizar uma análise objetiva dos conflitos existentes na região, que têm envolvido categorias de pescadores tradicionais, segmentos regionais como fazendeiros, geleiros e outros

setores das comunidades ribeirinhas ou flúvio-lacustres. Antes, é necessário clarificar alguns conceitos correntes na região:

a) Pescadores Profissionais: entende-se por aqueles ribeirinhos que assentam sua vida interativa e social na exploração dos mananciais aquáticos (rios, lagos e igarapés) através da pesca, embora utilizem o manejo da terra como complemento. Estes são, em geral, autóctones. Neste marco de tradicionalidade, tanto pescam para subsistência quanto para comercialização e o resultado é reinvestido na própria subsistência. Note-se que dentro de uma mesma comunidade, há uns que se dedicam mais à comercialização. Assim, nesse universo conceptual não se pode afirmar que pescador tradicional, no contexto da pesquisa, é apenas aquele cujo trabalho é voltado à subsistência e ao consumo diário de produtos da pesca. É, também, aquele que comercializa seus produtos cujo retorno tem o mesmo fim.

Os pescadores tradicionais têm sido encarados, no senso comum, como constituindo um setor social atrasado ou num nível de evolução inferior a outros. Nessa linha de raciocínio evolucionista, são encarados como incapazes de gerir recursos, opinar sobre o desenvolvimento pesqueiro e estão fadados a se extinguir com os avanços da modernização. No entanto, são, na verdade, produtores em pequena escala que mobilizam bens naturais móveis e que por viverem situação de *part society* de um todo maior e abrangente, em que os mercados os envolvem em níveis e distância variadas; suas atividades se integram no fluxo da comercialização, em geral, sazonalmente.

b) Os conflitos da Pesca nessa região traduzem-se por situações de antagonismo velado ou manifesto entre diferentes segmentos da sociedade local e de fora, que em geral competem pela apropriação de recursos da natureza e pela disputa da territorialidade.

c) Os Fazendeiros se caracterizam por serem proprietários de grandes áreas de terra, as quais servem para criação do gado bubalino;

cuja presença se deu por volta dos anos 70. A presença dessa categoria social no universo regional e local tem levado a situações conflituosas, remetendo ao nível da sobrevivência dos moradores, ou seja, a destruição da vegetação das margens dos rios e/ou lagos, pelo gado, tem prejudicado a fauna aquática e, conseqüentemente, as pescarias.

d) As Comunidades que compõem o Lago Grande de Monte Alegre são representadas por pequenas unidades que variam de 200 a 400 habitantes. As pequenas (14) variam de 0 a 200 habitantes, as médias (10) de 200 a 400 e as grandes (07) pouco mais de 400 pessoas. Na área do Lago existem um total de 31 comunidades, em geral, administradas por um grupo de pessoas com influência direta na igreja católica. Este grupo é conhecido também pela expressão comunidade.

Do ponto de vista estrutural, a pesquisa produziu conhecimentos através de análises bibliográficas e documentais, a fim de que numa perspectiva diacrônica, conheçam-se as origens desses conflitos. Por outro lado, o trabalho *in situ* foi realizado para compreensão do estado atual das tensões e conflitos nas comunidades da área do Projeto.

Definido este duplo aspecto, a seguir, são especificados os objetivos gerais do projeto integrado ECP:

a) Apresentar um perfil antropológico dos conflitos existentes no Lago Grande de Monte Alegre;

b) Subsidiar as reflexões dos outros componentes do Projeto Iara na elaboração de propostas e gestões alternativas para as populações dessa região;

c) Oferecer instrumentos de análise às organizações e/ou movimentos sociais locais e regionais, através dos relatórios de viagens, artigos científicos, textos populares, etc.;

d) Contribuir para o acervo de conhecimento científico de uma parte da região amazônica e de um segmento da sociedade regional ainda pouco conhecida do ponto de vista científico que é o pesqueiro.

No que concerne aos objetivos específicos destacam-se os seguintes:

a) O exame da documentação do Projeto Iara pertinente ao subprojeto Sócio-economia, incluindo o próprio projeto inclusivo;

b) O levantamento bibliográfico e documental referente à região do Médio Amazonas e, em particular, a do município de Monte Alegre;

c) A identificação, definição e descrição das áreas de tensão e de conflito, e respectivos atores do processo;

d) O conhecimento do papel da mulher no processo produtivo local e seu envolvimento na questões dos conflitos pela apropriação dos espaços produtivos.

METODOLOGIA

Os objetivos foram alcançados mediante a utilização de alguns procedimentos metodológicos, suscitados pela pesquisa:

a) Conhecimento e análise do conteúdo do Projeto Iara a partir do qual se fez a elaboração do componente antropológico;

b) Revisão bibliográfica relacionada à região do Médio Amazonas, tanto na literatura de cronistas viajantes como na literatura mais recente;

c) Discussão em seminário para apreciação dos conteúdos dos relatórios anteriores de outra equipes do Projeto.

Estas metas caracterizam o trabalho laboratorial precedente ao trabalho de campo. Nessa fase, utilizaram-se outros procedimentos antropológicos, dentre os quais destaca-se a observação direta, enquanto instrumento de desvelamento, avaliação e interpretação de dados coletados; entrevistas e aplicação de formulários

complementares, visaram a obtenção de dados básicos para a análise da problemática enfatizada pelo projeto. Para as entrevistas foram escolhidos informantes-chave, que são pessoas detentoras de conhecimentos sobre a vida das comunidades. Por seu intermédio, o pesquisador pôde alcançar uma visão sincrônica e diacrônica dos fatos, da comunidade e do próprio objeto de pesquisa. Assim, pescadores efetivos, de preferência os mais velhos, por terem uma visão mais recuada no tempo, ajudam a detectar indicadores pertinentes ao assunto estudado. Dentre os informantes, destacam-se as pessoas que revelaram à equipe características de liderança local, com bom nível de conhecimento sobre o universo da comunidade.

Não obstante a existência de censos realizados anteriormente por outras equipes do Projeto Iara, gostaríamos de ter realizado um *"survey"* antropológico em todas as comunidades do Lago, para verificação das generalidades e particularidades no campo das tensões e "confusões" nessa área e, semelhanças e diferenças em relação a outras áreas do Médio Amazonas. Entretanto, contingências financeiras institucionais impuseram radicais alterações no cronograma de trabalho de campo. De todo modo, superou-se essa lacuna com leituras encontradas no acervo documental já produzido pelo Projeto Iara, e em bibliografias relacionadas à região, tais como teses, monografias, artigos, documentos de viajantes, etc.

Por outro lado, a convivência de uma das integrantes da equipe com pescadores e suas famílias em outras áreas do Médio Amazonas, através de um prolongado trabalho de campo que se estendeu de outubro de 1982 a outubro de 1987,[7] auxiliou na percepção dos fatos e seus entornos para a consecução dos nossos objetivos.

[7] Período em que a coordenadora da equipe efetuou pesquisa sobre organização social e mudanças na pesca ribeirinha, para tese de doutorado.

Outro fator que contribuiu para este conhecimento mais abrangente da área de estudo, foi a permanência de bolsistas da equipe[8] na cidade de Santarém, com viagens intermitentes à área dos conflitos.

As atividades foram iniciadas antes da assinatura do convênio entre o IBAMA - Projeto IARA/CNPq-Museu Goeldi e desenvolvidas em dois conjuntos interrelacionados: as de gabinete e as de campo.

Para a pesquisa de campo, procurou-se adequar as atividades às perspectivas de liberação de recursos. Inicialmente, o projeto foi elaborado e revisado, após ajustes integrativos ao Projeto Iara. Feito isso, a equipe passou a executar o projeto, antes da assinatura do convênio MPEG/Projeto Iara, a qual, até o final das pesquisas não foi efetivada, apesar do interesse das duas instituições nesse trabalho de cooperação científica.

Num primeiro momento, em 1993, realizou-se pesquisa e levantamento bibliográfico, leituras e fichamentos em obras de cronistas e viajantes que percorreram o Rio Amazonas no século XIX, objetivando a obtenção de uma visão dinâmica da região de Monte Alegre, tendo em vista a detecção de possíveis categorias de tensão, conflitos e/ou áreas dessa natureza. Das obras selecionadas (Anexo I) apenas algumas fazem menção ao atual município de Monte Alegre, sem expressar qualquer noção de conflito naquela época, particularmente no que concerne à pesca. Dessa atividade, resultou o documento *Monte Alegre na visão dos Cronistas e Viajantes: 1818 a 1993* (Anexo I). Além disso, elaboraram-se fichas de leituras, cujo conteúdo poderá subsidiar outras esferas do Projeto Iara. A esse conjunto intitulou-se *Levantamentos Bibliográficos sobre a Região de Monte Alegre* (Anexo II) .

[8] Bolsista de Desenvolvimento Regional, Edna Alencar e de Aperfeiçoamento, Edma Moreira.

Concomitantemente a essas atividades, foram realizados seminários de interação metodológica como ponte para o trabalho de campo, e seminários de avaliação do levantamento bibliográfico.

Ao longo do projeto, as atividades de gabinete consistiram em:

a) Reuniões de trabalho para discussão, revisão e organização de dados coletados em campo, para a formulação do pensamento antropológico referentes aos conflitos da pesca na região enfocada. Neste sentido, houve reflexões sobre o conceito de *pesca* e *pescador artesanal*, *geleiro* e *geleira*, *territorialidade* e *apropriação do espaço*, dentre outros temas.

b) Seminários teóricos, enfocando os temas: *morfologia* e *mudança sociais*, *relação homem-meio ambiente*;

c) Palestras com pesquisadores-consultores;

d) Reuniões para os trabalhos de campo em Belém e Santarém em maio e outubro/94.

Estas ações contribuíram para repensar teoricamente a situação vivida pela população habitante das diversas comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, no que concerne às formas de apropriação do espaço aquático, às disputas pela manutenção desse espaço, à contextualização da situação sócio-econômica e cultural dessas comunidades e à intervivência das instituições governamentais diante dessa problemática (Figura 2).

TRABALHO DE CAMPO

Neste item, apresentam-se as condições do trabalho de campo, os materiais e métodos utilizados, numa retrospectiva que retoma as primeiras atividades. Estas realizaram-se intermitentemente em Belém, Santarém e região do Lago Grande de Monte Alegre.

O trabalho de campo foi iniciado em Monte Alegre com o cronograma atrasado, em razão da não assinatura do convênio MPEG/IBAMA-BSB em tempo hábil. Este fato ocorreu por motivos burocráticos.

Em virtude desse impasse, todo o esquema de viagem e orçamento foi alterado por duas vezes. Ao final de 1993, o IBAMA/BEL, a fim de equacionar o problema e diante da necessidade de se realizar a pesquisa antropológica, assumiu, dentro dos recursos disponíveis, os custos para uma pequena viagem de reconhecimento à área do projeto Iara, em Monte Alegre. Esta viagem, que deveria ser feita em janeiro/93 durante quinze dias, foi realizada em dezembro/93, durante apenas oito dias, com equipe e tempo reduzidos. Naturalmente que, em um período tão curto para percorrer as 31 comunidades do Projeto Iara já visitadas por outras equipes e nas quais censos foram realizados, era impossível se realizar um planejamento. Igualmente curtos para fazer observações em todas as comunidades previstas no Projeto Iara tais como, Miri, Aldeia, Curral Grande, Passagem, Jacoara, Calvário, Flexal I, Flexal II, Jaburu, Jararecapá, Cabeceira, Periquito, Piracaba, Curicaca, Nazaré, Livramento, Cuçaru, Piquiá, São Diogo, Seis Unidos, Bonsucesso, Jurunduba, Curralinho, Paituna, Parissol, Cuieira, Campinas, Bom Jardim, Santa Rita, Cacoal Grande e Piapó. Destas, apenas, Santa Rita na calha do rio Amazonas, Jurunduba, às cercanias da ilha de Monte Alegre e Parissol, às margens do rio Gurupatuba, igualmente às proximidades da mesma cidade, foram visitadas pela equipe (Figura 3).

Antes da ida a Santarém, foi realizado um levantamento sobre *geleiras*, presentes no mercado do Ver-o-Peso em Belém, junto ao banco de dados da divisão de Ictiologia do MPEG. Em seguida, foram feitas observações no local para identificação das geleiras, constatação da dinâmica de desembarque pesqueiro nesse porto, oriundo da região

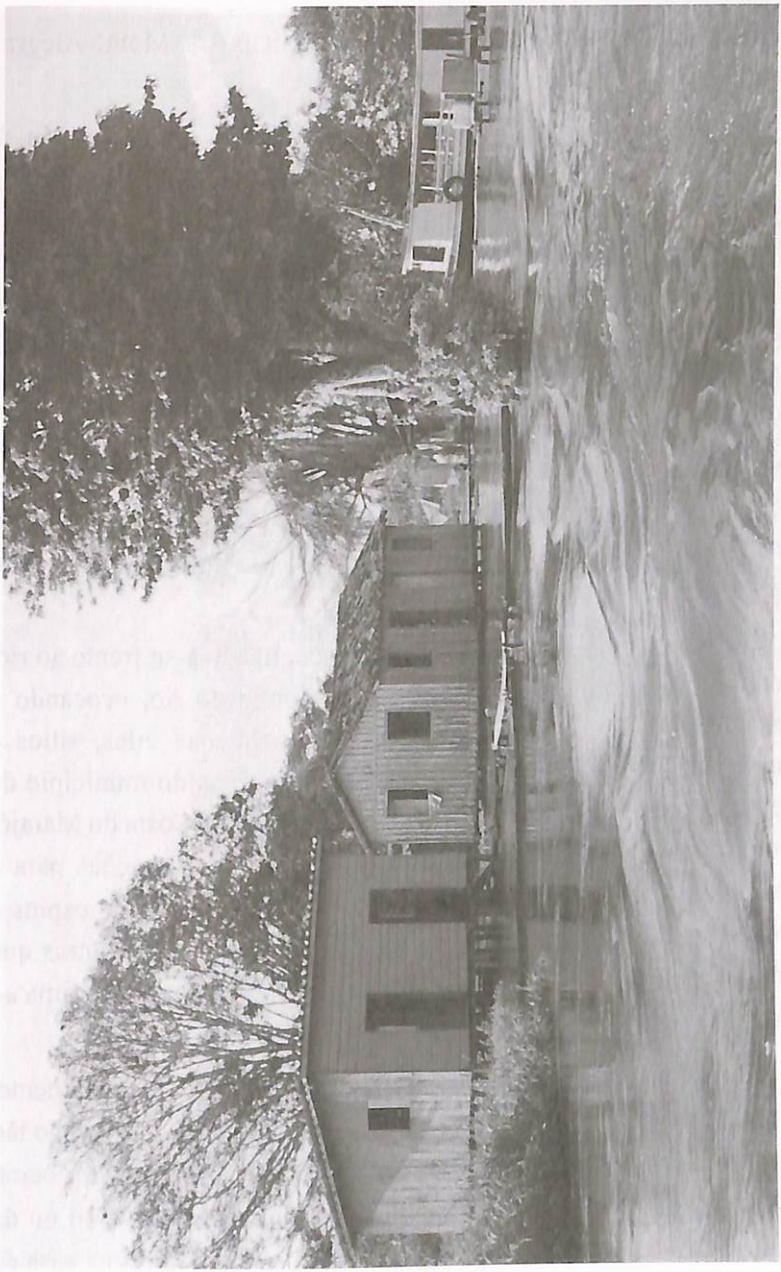

Figura 2 – Região do Lago Grande de Monte Alegre. (Foto: Lourdes Furtado, 1993).

do Médio Amazonas, particularmente do município de Monte Alegre e do Lago Grande de Monte Alegre.

No trabalho de campo em Monte Alegre, a equipe partiu de Santarém em companhia do Sr. Paulo Roberto Espósito (Magnólio) e o motorista Rionaldo, na lancha voadeira do IBAMA, em direção à povoação de Santa Rita, à margem esquerda do rio Amazonas. Fazia muito vento e fortes banzeiros, principalmente à confluência dos rios Tapajós e Amazonas, acalmando somente após este trecho, fora de zonas de *baixos*.

A chegada à comunidade Santa Rita foi às 17:30h, após um percurso de 1,5 hora pela margem esquerda do Amazonas. A lancha encostou na ponte fronteiriça à casa da Sra. Rosa Araújo, uma *líder comunitária* que já aguardava a equipe de pesquisa, segundo os contatos feitos anteriormente pelo Sr. Magnólio.

Sua casa, como as outras da vizinhança, localiza-se frente ao rio, formando um casario que se distribui ao longo do rio, evocando o padrão de moradia linear, costumeiro em pequenas vilas, sítios e povoados da região e de outras congêneres como as do município de Óbidos, Oriximiná, Alenquer, e do interior da Contra-Costa do Marajó. A ponte servia de ancoradouro e passagem das embarcações para a terra, seguindo-se um caminho de acesso à casa ladeado de capins e *artimijeiras*, comuns na região do Médio Amazonas e em outras que sofrem inundações sazonais e/ou diárias mesmo na várzea próxima ao estuário do Amazonas.

Era verão, o rio Amazonas já começava a encher discretamente. Percebiam-se os efeitos do forte verão no local que deixara o chão tão *estorricado* que a simples passagem de pedestres levantava poeira. Nessa época, a argila da várzea indicava a passagem do verão ou da estação seca. Durante toda a estada, as refeições eram feitas na casa de

Figura 3 – Comunitários levando pesquisadores do Museu Goeldi para conhecerem a área da Portaria 200 no Lago Grande de Monte Alegre. (Foto: Lourdes Furtado, 1993)

D. Rosa, mas a dormida era na casa de um morador vizinho, contactado pela referida informante.

Iniciava-se, assim, a observação direta e participativa na vida da comunidade. A relativa estranheza da chegada foi diluída com a convivência, que apontava sinais de acolhimento e solidariedade. Fazendo uma pequena digressão, isso atualizava a presença do princípio de reciprocidade que engendra, em sociedades desse tipo, relações sociais, cria e desenvolve as cadeias de mutualidades que entrelaçam pessoas em grupos, comunidades, etc. Sem dúvida, este princípio pode ser, por isso mesmo, um mecanismo de conquistas sociais para o grupo, ou seja, para as comunidades, na medida em que ele, desvelado, seja utilizado em benefício dos interesses sociais. Atividades de troca, mutirão e outras variadas formas de ajuda-mútua são resultantes dele.

D. Rosa foi, sem dúvida, a informante-chave, pois a partir dela, foi levantada uma rede preliminar de informantes, completada com a indicação de outros, obtida durante a reunião da noite, feita com vários moradores da comunidade. A ela foi esclarecido sobre os objetivos da viagem e da interação no Projeto Iara, procurando engajá-la na rede de interlocutores, o que de fato aconteceu na sede do Centro Comunitário local.

Nessa reunião se fizeram presentes lideranças locais e outros comunitários, dentre os quais destacamos os seguintes: Rosa, Pedro, Ilza, Dicá, Seu Antonio (Presidente da Comunidade), Nitoca, o coordenador do Posto de Saúde, o responsável pelo Clube de Futebol e outras pessoas que não se manifestaram. Na ocasião, foi apresentado o plano de trabalho, finalidades e roteiro de viagem, bem como a posição em relação ao Projeto Iara. Nesse breve encontro alguns assuntos foram comentados entre eles: 1) conflitos da pesca no Lago Grande e outros lagos; 2) "invasão" de geleiras que, segundo eles, "é o que está provocando os conflitos; 3) o que fazer para afastar as geleiras da pesca nos

lagos; 4) dificuldades de ajuda para desenvolver a pesca; 5) invasão de búfalos nas propriedades estragando as roças; 6) prováveis causas do conflito; 7) grupos envolvidos nesses conflitos e prováveis soluções. Foram feitos contatos com pessoas que passaram a ser consideradas como informantes-chave. Essa escolha coincidiu com a indicação do coordenador do subprojeto Comunicação, Divulgação e Educação Ambiental (Figura 4).

Os assuntos abordados nessa reunião serviram de baliza para as entrevistas e observações que se seguiram nos dias e etapas posteriores. A partir da definição de condições propícias para a coleta de dados, foram iniciadas as pesquisas concomitantemente à aplicação dos formulários, isto é, para se ganhar tempo coletando tantos dados quanto possível. As questões dos formulários eram intercaladas por perguntas mais gerais, em caráter de entrevista, ou os quesitos dos formulários eram alongados durante as mesmas. Desse modo, ao mesmo tempo se obtinha dados qualitativos e quantitativos. Note-se que os dados quantitativos não têm um caráter definitivo porque carecem de comparatividade temporal ou diacrônica dos fatos considerados, porém têm a intenção de levantar alguns aspectos importantes nas comunidades para subsidiar e/ou mesmo conduzir análises que se farão posteriormente. Com a continuidade do trabalho de campo, tais dados poderão ser monitorados em função da regularidade que se espera alcançar com estes instrumentos de coleta.

A escolha dos informantes calcou-se em alguns critérios previamente discutidos pela equipe de pesquisa: a) representatividade, ou seja, pessoas que exercem papel de liderança na comunidade – catequistas, presidentes de organizações comunitárias, de clube de mães, professores, agentes de saúde, entre outros; b) ter conhecimento da pesca – a escolha recaiu nos pescadores mais antigos, ou naqueles que detêm reconhecido saber sobre a pesca e os recursos pesqueiros; c)

Figura 4 – Reunião da Comunidade com a equipe do Museu Goeldi. (Foto: Lourdes Furtado, 1993)

não-pescadores que detêm conhecimentos sobre modalidades de pesca antigas e modernas, comercialização de pescado, meio ambiente e perspectivas sobre o setor. Tais critérios foram extensivos para as outras comunidades visitadas - Jurunduba, na periferia da comunidade de Monte Alegre, Parissol ou Parissó, às proximidades desta, à margem esquerda do rio Gurupatuba, que banha a cidade de Monte Alegre.

As visitas às comunidades de Jurunduba e Parissol foram realizadas em tempo menor que na de Santa Rita. Para estas duas, a equipe de pesquisa estabeleceu base na cidade de Monte Alegre. Os deslocamentos para as duas povoações se fizeram com o apoio da Prefeitura que colocou um veículo à disposição da equipe. Em Monte Alegre foram realizados contatos com o Presidente da Colônia de Pescadores Z-11, que forneceu informações sobre alguns problemas vivenciados pela categoria. Igualmente, foram fornecidas informações sobre o conflito de pesca na região do Grande Lago de Monte Alegre e o posicionamento político da Z-11. Várias tentativas foram feitas para o contato com o Secretário de Educação e Cultura do Município, sem êxito, não obstante a equipe do Projeto Iara já ter contatado anteriormente sobre essa viagem.

Nos instrumentos de pesquisa utilizados nessa viagem exploratória que abrangeu as comunidades de Santa Rita, Jurunduba, e Parissol – entrevistas, formulários e observação – os informantes falaram sobre atividades econômicas, formas de usos dos recursos naturais; envolvimento da comunidade nos conflitos; soluções que podem ser viabilizadas. Indicaram ainda informes sobre educação, saúde e mobilidade social, ocupacional e geográfica.

As viagens do Projeto Iara que precederam o trabalho de campo da equipe do DCH/MPEG, foram relevantes para o contato e interiorização nas comunidades, por possibilitar definições de interlocutores e acesso às mesmas.

Embora os resultados dessa pesquisa exploratória diga respeito ao conjunto das comunidades citadas, a coleta de dados concentrou-se em Santa Rita. Numa segunda etapa do trabalho de campo, em 1994, adentrou-se as comunidades já trabalhadas pela equipe do Iara.

As demais viagens para coleta de dados foram realizadas nas comunidades de Jaquara e Curral Grande, em maio; Santa Rita, Bom Jardim, São Diogo, Caçaru e Parissol, em maio e junho; Curicaca, Centro Grande, Cuieiras, Flexal e ilha do Flexal, Aldeia e Miri, em novembro e dezembro. Ocorreram nas duas estações climáticas, período marcante da vida comunitária dos ribeirinhos: a ***cheia*** e a ***seca***.

No período da cheia – o inverno amazônico – a locomoção por via terrestre fica limitada. O barco é o meio de transporte mais utilizado. Durante essa estação, a vida nessa região se circunscreve mais em torno da casa de moradia do caboclo; é tempo de vida mais fechada, quando a água impõe um aparente isolamento à população. Em contraste, no tempo do verão, as comunidades apresentam uma dinâmica diferente na relação concentração/dispersão, com uma feição mais dispersa do aglomerado social. Mauss (1974) explica este fato através do conceito de morfologia social no que concerne às influências do meio ambiente sobre os homens.

No caso presente, reconhece-se, uma dualidade sazonal, na morfologia social das comunidades e na configuração espacial, que não deve ser descartada na interpretação dos fatos e nas decisões sobre ordenamento pesqueiro, ou ainda para investimentos que visem a beneficiar as populações regionais.

O discurso dos *comunitários* foi a base de análise como instrumento relevante, por desvelar o pensamento do grupo local com relação a um determinado objeto e à carga valorativa atribuída a este pelo conjunto social. Assim, puderam-se descobrir orientações diferenciadas quanto: a) à maneira de encarar a questão dos conflitos, b) ao trato do

meio ambiente, em particular no que tange ao uso e posse dos recursos pesqueiros, c) às soluções ou equações pontadas pelos habitantes que precisam ser valorizadas na tomada de decisão do ordenamento pesqueiro da Bacia Amazônica em andamento no IBAMA; d) às alianças formadas diante da *percepção de invasão* de geleiras nos lagos regionais, no Lago Grande de Monte Alegre.

Algumas orientações tendem para o livre uso dos recursos; outras para um ordenamento flexível considerando outros grupos que dependem desses recursos comuns. Portanto, a internalização do grupo de pesquisa nas comunidades visitadas permitiu desvelar facções internas, formando polarizações que aparecem nas manifestações concretas do conflito.

Diversos materiais utilizados contribuíram no desenvolvimento da pesquisa: os relatórios do Projeto Iara produzidos por outras equipes, em particular, o relatório de Curicaca que trouxe importantes dados, ainda que localizados no microcosmo desta comunidade, porque fatos e situações observadas nesse período confirmam nossa hipótese de que os mesmos são recorrentes em outras áreas da região inclusiva e outras congêneres. Isso também reafirmou as observações e comentários feitos anteriormente no relatório da primeira viagem ao Lago Grande de Monte Alegre. Resultados de pesquisas anteriores nas áreas de Geografia, Ecologia, Antropologia e os dados originários da mídia serviram também como fonte de informação e interpretação da realidade dos conflitos e de sua dinâmica no Médio Amazonas e, ainda, os relatórios desta equipe de pesquisa, referentes às viagens anteriores.

Quanto ao método, se seguiu os procedimentos correntes do ofício do antropólogo. Foi feito da observação direta um pano de fundo, e buscou-se a internalização tanto quanto possível na questão dos conflitos. Foram realizadas entrevistas formais e informais com pescadores, geleiros, mulheres pescadoras, crianças e comunitários em geral.

Ouvimos várias pessoas visando a ter um cenário da situação em cada comunidade. A paritr daí, foi possível chegar-se a algumas conclusões sobre a diversidade de orientação ou de percepções sobre gente e ambiente naquele universo.

O conflito, como objeto de estudo, exigiu da equipe postura de isenção no momento em que se apresentavam situações de tensões. Por exemplo, na viagem à comunidade de Jaquara e Curral Grande, alguns moradores de Jaquara foram enfáticos em manifestar desejo de acompanhar esta equipe a Curral Grande. Várias tentativas foram feitas por parte dessas pessoas, não obstante sutis desculpas apresentadas, fazendo-se necessário falar objetivamente sobre as conseqüências que tal acompanhamento poderiam resultar[9].

Dentro do caráter exploratório dessa viagem realizaram-se as observações previstas para o trabalho de campo nesse período, entrevistas e aplicação de um pequeno formulário prévio, tendo como finalidade a quantificação de dados que obviamente escapariam do levantamento qualitativo executado pela equipe.

As pesquisas anteriores, realizadas pela equipe de sócio-economia e de biologia, foram úteis para o início do trabalho. Possibilitaram-nos informações importantes quanto aos aspectos sociais e ambientais das comunidades visitadas.

[9] Essa postura foi tomada em razão dos recentes incidentes ocorridos entre as "comunidades" de Jaquara e Curral Grande, pouco antes da nossa chegada ao campo. Estas duas "comunidades" estavam questionando hostilmente o uso do espaço e apropriação dos recursos da área do Trombóia, inclusa na portaria 200/90 do IBAMA.

RESULTADOS

1. Subsídios Históricos de Monte Alegre

Os conhecimentos produzidos pela equipe inserem-se como resultados das pesquisas na região do Médio Amazonas. Um texto intitulado "Um delineamento histórico do município de Monte Alegre" foi entregue à coordenação do Projeto Iara. O texto enfoca partes importantes da ocupação portuguesa na região amazônica. Esse processo perpassa regiões do Médio Amazonas como Monte Alegre.

2. Quanto a Origem dos Conflitos

2.a.) Territorialidade e Temporalidade

Reflexões sobre as origens, suas dimensões, categorias envolvidas e estratégias de solução apontadas pelas comunidades envolvidas em relações conflituosas foram feitas. A partir daí começou-se a verificar que dentre as origens dos conflitos a territorialidade reponta como questão de fundo – as querelas entre indivíduos de uma mesma comunidade, entre uma comunidades e outra, entre regiões internas do lago e, entre as comunidades do Lago e diversos segmentos da sociedade envolvente, que fazem pesca da comercial sua base de vida e têm seu fulcro na questão da territorialidade. Assim, estando as origens dos conflitos ancoradas na territorialidade, as causas têm que ser vistas a partir das várias dimensões em que esta questão se manifesta e não somente a partir de um único viés. Ora, por que a territorialidade se coloca nesse nível como origem dos conflitos?

A resposta pode ser encontrada no fato de que a territorialidade – enquanto espaço de moradia e espaço produtivo, ou em outras palavras, enquanto espaço de viver cotidiano em que os grupos sociais se mantêm material e socialmente, em que eles se reproduzem através de suas

estratégias organizativas e adaptativas fundadas em seu *ethos* sócio-cultural – está sujeita a ameaças explícitas ou veladas. Tais ameaças, traduzidas em invasões ou expectativas de invasões territoriais, seja de espaços terrestres ou aquáticos, põem em jogo todo um patrimônio acumulado através de sucessivas gerações; põem em jogo investimentos altíssimos, até certo ponto invisíveis como o saber, suas terras, seus territórios de pesca, e os parcos recursos financeiros conseguidos. Isto posto deve-se considerar que as causas dos conflitos devem ser buscadas nas disputas territoriais, nas dimensões individuais, familiares (grupos domésticos), regionais (entre regiões que compõem o mesmo lago), entre comunidades do Lago, entre comunidades e segmentos sociais de fora da região do Lago como geleiros de fora, rotulados de "itinerantes" (Moreira 1994).

As ameaças à territorialidade nesses diferentes níveis ou dimensões é que refletirão a causalidade dos conflitos da pesca na região do Lago Grande de Monte Alegre.

Partindo desse pressuposto, é que se entende que um dos fatores básicos que subjazem às origens dos conflitos na região do Médio Amazonas, é a questão da territorialidade enquanto propriedade constituída temporalmente, envolvendo espaço constitucional e o saber caboclo.

A literatura antropológica tem ensinado que qualquer povo tem sua forma de classificação do mundo concreto, de uso de seus recursos e de sua apropriação, à medida que constrói seus espaços através dos conhecimentos adquiridos empiricamente de geração a geração, do emprego de sistemas técnicos e sociais (técnica e métodos de manejo) que abrem possibilidades para a apropriação desses meios ou desses espaços, onde é possível a obtenção dos recursos primários; abrem-se possibilidades para o indivíduo legitimar sua propriedade segundo o uso, e para legitimar direitos adquiridos costumeiramente, sobre esses

espaços e seus recursos, cuja dinâmica de ampliação/restrição está relacionada intimamente às necessidades institucionalmente e efetivamente estabelecidas, o que nos parece ser recorrente à área de estudo.

As 31 comunidades que compõem o Lago Grande de Monte Alegre guardam uma relação histórica com conflitos sociais tanto no espaço da produção pesqueira quanto no espaço da produção agrícola e coleta de produtos silvícolas. Esses conflitos expressam uma disputa pela apropriação dos seus espaços produtivos. Os limites territoriais são difíceis de serem precisados devido aos fatores ambientais, como a cheia e seca do lago. Segundo estes fatores, a área do lago, ora aumenta ora diminui respectivamente. Por isso, para se entender os conflitos de pesca é necessário entender antes como é conhecida a territorialidade dessas comunidades, como ela é percebida e classificada pelo conjunto social que as corporifica, incorporando-se na análise a variável ambiental enquanto importante fator interveniente para a definição de território.

Outra variável interveniente na questão da territorialidade é a variável temporal, pois a contextualização histórica dos conflitos sociais na pesca, além de apontar para as causas "acumuladas" que, de algum modo parecem influenciar nas causas" imediatas", pode desvelar formas tradicionais de administração dos recursos naturais, principalmente o recurso pesqueiro. Estas formas resgatadas a partir dos relatos dos informantes enfatizam a existência de uma atividade de manejo dos lagos, desenvolvidas secularmente sob forma de um sistema de rodízio. Para cada época do ano, dependendo da safra e da espécie de peixe, era proibida ou liberada a pesca em determinado lago. O controle era feito sobre espécies mais valorizadas comercialmente, como o pirarucu e o surubim, por exemplo, que tinham a pesca liberada no verão nos "lagos de salga".

Os pescadores permaneciam nesses locais até o momento em que o recurso já havia sido suficientemente explorado, deslocando-se para outro lago, quando a água começava a subir para captura de outras espécies.

No passado, este tipo de manejo era possível porque se realizava dentro de um grupo social orientado por uma ética igualitária e cooperativa, que possibilitava a obediência aos códigos territoriais, com sua tradicional organização social, orientada por valores centrados em uma ordem moral que pode ser traduzida como honra, cooperação, solidariedade e principalmente, o respeito à regra do grupo (Maldonado 1993). Quando se pensa em pescadores artesanais que exploram sistemas de águas interiores, observa-se que a demarcação dos espaços territoriais das comunidades pressupõe que as regras de utilização dos espaços produtivos e de exploração dos recursos sejam respeitados. Nesse sentido, por se tratar de sociedades tradicionais "o respeito e o receio da reprovação social informam a ética igualitária e cooperativa que prevalece nas sociedades pesqueiras de modo geral (Maldonado op.cit.). O respeito se estabelece através de laços sociais simbólicos que se referem tanto ao parentesco, como às outras formas sociais de parentesco – o compadrio. Esse tipo de círculo de relações sociais mantém os pescadores ligados pelo respeito, que funciona como uma instituição responsável pela extensão cooperativa (Maldonado 1993) da posse dos territórios de produção de uma comunidade. No entanto, a introdução de uma nova moralidade, de uma nova ética, nesses grupos, leva ao rompimento desses círculos, ao desrespeito às regras que se estabelecem nos diferentes níveis de vida social.

No presente, as dificuldades de estabelecer regras sociais para o uso dos recursos se devem principalmente à mudança dos valores e dos interesses que orientam as relações sociais nesses grupos. É um tempo

marcado pela "ganância", em que os interesses individuais estão acima dos interesses coletivos.

A leitura que se pode fazer, a partir da análise dos relatos dos comunitários, é que o "tempo dos artigos" enquanto uma construção simbólica de um estado ideal e de relações sociais, conduz a pensar o grupo comunitário enquanto uma totalidade de indivíduos que trabalha pela preservação de um bem comum. Este, tanto pode se referir a um estado ideal de relações sociais, harmônicas, quanto ao ambiente natural do qual dependem para sua subsistência. O sentimento de posse, presente nas falas, remete à percepção da natureza enquanto um patrimônio a ser preservado, como garantia de sua subsistência futura. A noção de bem comum parece expressar mais um interesse econômico, ou seja, está muito marcada pela percepção de que o recurso está ameaçado por excesso de exploração, realizada por pessoas de fora do território, o que pode significar uma ameaça imediata a sua sobrevivência.

A garantia de continuidade ou de reprodução desse patrimônio está na regulamentação do acesso à exploração dos recursos. Surge então a necessidade de delimitar os territórios de produção para garantir o uso do exclusivo do recurso. No entanto, quando se trata de recursos pesqueiros – um recurso é móvel – a delimitação dos espaços territoriais de produção não é suficiente para garantir a preservação do estoque. Nesse sentido, algumas atitudes que têm sido tomadas gerando inclusive conflito de interesses, demonstram que cada vez mais os espaços territoriais da pesca têm sido demarcados não somente em função dos espaços explorados, mas também de acordo com a amplitude de área de circulação do recurso. Embora a percepção e a divisão do espaço seja simbólica, o domínio prático se faz pelo conhecimento das áreas piscosas. É, portanto, com base nesse conhecimento que as comunidades procuram definir seus territórios, e assim garantir

seu acesso ao pescado em determinadas áreas em diferentes momentos do ano.

Observa-se que esse fato tem sido ponto de discórdia entre comunidades, por isso elas têm-se organizado para preservar determinadas áreas que abrigam sistemas de lagos importantes pela diversidade de espécies e pela facilidade de acesso ao recurso.

As variáveis ambientais na compreensão dos critérios utilizados para estabelecer a territorialidade se restringem apenas às alterações sazonais dos corpos de água, mas há que se considerar também, a localização geográfica das comunidades, para poder entender porque reivindicam determinado espaço territorial. Quando uma comunidade está localizada às margens de um lago central, ela reivindica o direito de controlar a pesca nesse local, pois o lago é considerado como uma propriedade comunitária.

2.b) A Construção da Territorialidade

A construção da territorialidade ocorre em duas dimensões, no espaço e no tempo. Maldonado (1991) nos indica como se dá esta articulação: "A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transição como uma relevante dimensão de capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive aos espaços sociais, em que ocorrem as relações, construindo lugares" (Maldonado 1991: 25). Esta articulação nos informa da necessidade de uma abordagem diacrônica, em que sejam levantados os desenvolvimentos temporais das situações de conflito. As informações obtidas, ao longo da convivência com as comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, mostram-nos que há conflitos historicamente mais recentes, como é o caso da presença de bubalinos, introduzidos pela Embrapa na década de 70,

enquanto outros são antigos e aparecem nos relatos dos mais velhos, assim como da bibliografia balizadora da pesquisa.

A análise sincrônica dos conflitos possibilitará o desenvolvimento das formas que assumem a construção da territorialidade no tempo presente que se liga a fatores de ordem ambiental e ao manejo de seus recursos, informados pelo código costumeiro.

No Lago Grande de Monte Alegre, percebe-se uma diversificação geográfica que permite cinco grandes áreas, com características bastante particulares: a) área da restinga, b) área noroeste do lago, a terra firme, onde estão as comunidades localizadas na área da portaria 200/90; c) área norte, onde estão os rios Paituna e Maicuru; d) área do Paraná de Monte Alegre e rio Gurupatuba; e) área central do Lago. Para cada uma dessas áreas, pode ser identificada a predominância de uma atividade econômica, como a pesca, a agricultura e a pecuária. Pela observação desses fatores, localização geográfica e produção econômica, pode-se agrupar as 31 comunidades situadas no Lago.

Em cada uma dessas regiões podem ser identificadas diferentes formas de conflitos de pesca e diferentes acordos para a exploração de determinado sistema de lago. O referencial para delimitação dos territórios de pesca vai-se estabelecer a partir da observação da localização geográficas das comunidades envolvidas, principalmente quando estas disputarem o mesmo lago. A tendência é observar o universo particular enquanto uma totalidade, fato esse que gera conflitos na medida em que o Lago Grande de Monte Alegre é um universo abrangente, que abriga em seu interior diversidades ambientais que devem ser incorporadas na discussão. Em outras palavras, essa tendência ou essa forma de entendimento se conflita com a realidade na medida em que o espaço sócio-cultural onde se expressam os conflitos – o Lago Grande de Monte Alegre – é parte de um universo maior. A comunidade não pode delimitar

um território de produção sem levar em consideração o contexto mais abrangente, que vai além do comunitário, alcançando o regional.

Quando se observam as diferentes áreas geográficas do Lago Grande de Monte Alegre, percebem-se diferenças físicas marcantes entre os grupos de comunidades localizados em cada uma dessas áreas. As comunidades localizadas na terra firme, por exemplo, possuem uma maior dependência do Lago Grande de Monte Alegre, principalmente se em áreas próximas não existirem lagos centrais. As comunidades da restinga, por outro lado, podem explorar dois ambientes distintos, o Lago Grande no inverno, e o Rio Amazonas no verão, na safra do peixe liso. Estas comunidades não dependem exclusivamente da pesca no Lago. Por esse motivo, podem propor que o mesmo seja fechado por alguns meses para a pesca de comercialização, principalmente a que é realizada pelas geleiras de Monte Alegre. Mais uma vez, pode-se observar que o referencial para construir a territorialidade ainda é o contexto local, individual de cada comunidade.

Para as comunidades que não possuem lagos centrais, a alternativa é procurar as áreas que não estejam envolvidas em atividades de preservação, para realizar suas pescarias.

O processo de construção do espaço social, enquanto espaço que vai além do simples local de moradia para incluir efetivamente áreas definidas institucionalmente como de produção (tanto no meio aquático como terrestre), encorpora saber, tempo, manejo e uso. Esses elementos atribuem aos indivíduos e aos grupos sociais ou mesmo às comunidades, direito de posse costumeiro sobre os territórios e seus recursos, os quais vão sendo incorporados às suas necessidades. Isso leva à configuração de um "todo", que só pode ser entendido e explicado dentro da lógica própria do grupo em que acontece, dentro do contexto pertinente – como todo fato social – em que está embutido, e por ele é reconhecido e aceito, fazendo parte da consciência dos seus

membros. Esse "todo" representa a territorialidade dos grupos sociais. Quando há ameaça de perda, de invasão, de destruição ou de redução, imediatamente emergem reações adversas, individuais ou coletivas, provocando assim, a formação de acordos.

Os "acordos" de pesca que têm sido realizados, enquanto forma de regulamentação ou de ordenamento da atividade de exploração do recurso pesqueiro, têm apontado para a existência de quatro níveis diferenciados de territorialidade: a) o nível macro ou regional; b) o nível médio ou local, ou das micro-áreas; c) o nível comunitário, o espaço comunitário percebido enquanto um espaço individualizado composto por grupos de famílias; d) o nível micro – quando o espaço é construído a partir da casa, grupo familiar, formado por indivíduos.

Dependendo do referencial que for utilizado para construir um espaço territorial, podemos observar como esses níveis são manipulados.

No primeiro caso, a construção da territorialidade se faz a partir da percepção regional do Lago Grande enquanto um imenso espaço territorial que deve ser explorado apenas pelos moradores da comunidade que se encontram na sua área geográfica. Essa territorialidade é construída a partir de um referencial regional que visa a restringir o acesso de pescadores de comunidades de outras regiões e municípios, principalmente os pescadores itinerantes das geleiras. No entanto, essa mesma territorialidade pode ser redefinida quando entram outros interesses em questão, passando para outro nível de territorialidade.

No segundo nível, médio ou local, encontramos a territorialidade sendo construída a partir da observação de interesses locais, pela construção das micro-áreas, que se estabelecem a partir da identificação de certas características ambientais que permitem a construção do espaço territorial. As comunidades que se encontram nessas distintas áreas tendem a se agrupar na defesa de interesses comuns.

No terceiro nível, o comunitário, encontramos a comunidade que é tomada enquanto uma totalidade, formada por grupos familiares que defendem interesses comuns. Esses interesses vão-se confrontar com os de outras comunidades próximas. Principalmente quando um lago central for objeto de disputa. O quarto nível, o macro, refere-se aos grupos familiares individuais que compõem uma comunidade. Estes grupos podem possuir interesses totalmente divergentes, construindo seus próprios territórios e gerando conflitos pela disputa territorial dentro da comunidade embora reconheçam a invisibilidade das demarcações de territorialidade. No momento em que os grupos familiares que formam essa comunidade estabelecem regras, "acordos" para regulamentar a exploração do lago, tendem a fechar o acesso a outras comunidades, que podem não possuir lagos centrais. Nesse exemplo, observa-se que o nível de territorialidade foi estabelecido a partir de um referencial comunitário, deixando de observar o contexto mais abrangente, seja da área ou do lago enquanto totalidade.

A problemática dos conflitos do Lago Grande de Monte Alegre é recorrente na região do Médio Amazonas. A situação dos moradores ribeirinhos daquela área, como de toda a área macro-inclusiva, é permeada por esta questão. Nesse quadro analítico, as "comunidades" são os grupos sociais em que se constrói a territorialidade. Estas "comunidades" se decompõem em diversos grupos domésticos constituídos, quase sempre, de membros da família nuclear e de outras pessoas da parentela consangüínea e/ou afim. Estes, por sua vez, construíram sua territorialidade dentro dos padrões costumeiros. Assim, tomando-se como exemplo um desses grupos, além do espaço circunscrito à moradia, incorporaram às suas necessidades sociais e materiais determinadas áreas terrestres e aquáticas, através do conhecimento e aplicação de suas práticas tradicionais de manejo. Estas áreas, muitas vezes, e particularmente no meio aquático, não são limitadas por cerca

ou marcos concretos, senão pelas linhas demarcatórias do saber e do uso, as quais são reconhecidas pelos outros grupos domésticos que partilhamos valores da "comunidade" inclusiva. Estas linhas são observadas e respeitadas pelas vizinhanças, e manifestadas no discurso e na prática, como fato social. No caso dos territórios aquáticos, a dinâmica destas linhas está sujeita à morfologia e dinâmica das massas d'água sazonais que alteram a conformação das áreas utilizáveis socialmente. No verão há uma retração da massa líquida, aflorando terras que, durante essa estação, servem para pastoreio do gado *vacum*, lugar para pontos de serviços de consertos de embarcação, atividades de lazer de crianças e adultos. Durante o inverno, essa área se inunda, fazendo retrair todas essas atividades. Ambas impõem variações sazonais à vida desses grupos sociais. Mas, diante dessas variações, permanece a noção de territorialidade imanente a esses grupos.

2.c) Geleiros: o conflito aparente

A problemática dos conflitos sociais na pesca no Lago Grande de Monte Alegre está ligado ao desenvolvimento da sociedade abrangente, com a complexidade das relações sociais que se estabelecem a partir da expansão do mercado na região que passa a redirecionar ou até mesmo a ignorar qualquer forma de relação social anterior existente, exigindo sua adequação às novas normas estabelecidas. É partindo desse pressuposto, que se apresentam algumas considerações a respeito dos conflitos pesqueiros no Lago Grande de Monte Alegre, tendo como enfoque uma categoria social que tem sido bastante evidenciada: a dos geleiros, haja vista ser a categoria alvo de conflitos e portanto, de acordo.

Inicialmente, cabe conceituar melhor esta categoria de forma a responder algumas perguntas: o que é geleiro? quais suas especificidade? qual sua importância na pesca artesanal?

O termo geleiro é destinado à pesca proprietária de embarcação geleira, de capital para financiamento da pescaria, arreios e canoas de pesca. As geleiras são embarcações motorizadas com urnas frigoríficas para o armazenamento e transporte do pescado ao mercado consumidor. Seu aparecimento no cenário da pesca artesanal na região do médio amazonas está articulado com as inúmeras inovações que este setor começou a apresentar na metade do século, como: a utilização de fibras sintéticas que substituíram as de algodão, as embarcações motorizadas a diesel que substituíram as velas e a instalação de fábricas de gelo que proporcionaram o condicionamento do pescado em seu transporte para venda a distantes locais da região, substituindo, assim, o comércio de peixe salgado (McGrath et al. 1993).

Argumenta ainda McGrath. et al. (1993), que as "inovações técnicas aumentaram a produtividade da pesca em termos de mão-de-obra e tempo, permitindo aos pescadores viajar mais longe e permanecer mais tempo obtendo assim maior produção...". Nesse âmbito de inovações, há uma rearticulação das relações sócio-econômicas existentes no universo da pesca artesanal, que vêm redefinir esse cenário. As formas de manejo tradicional dos recursos aquáticos não se modificam por completo, mas se intensificam e tomam uma dimensão exclusiva no setor produtivo das unidades familiares chegando a substituir outras formas de manejo. Nesse contexto surgem novos atores sociais no setor da pesca artesanal comercial, a saber: geleiros, marreteiros, balanceiros, e mais recentemente, os formadores de equipes de pescadores.

A categoria social representada pelos geleiros apresenta inúmeras nuanças que precisam ser melhor entendidas, pois, sendo a categoria alvo de conflitos, no momento da formulação de acordos, suas especificidades devem ser levadas em consideração.

Na região do Lago Grande de Monte Alegre, existem três tipos de geleiros, identificados da seguinte maneira: os "geleiros locais", os

"geleiros de fora", e os "geleiros comunitários" ou "pequenos geleiros".

Os "geleiros locais" ou "grandes geleiros" que operam na região do Lago Grande de Monte Alegre são assim denominados por serem proprietários de geleiras com capacidade acima de 10 toneladas, além de serem detentores de capital para financiamento da pescaria (arreios de pesca, aviamento do rancho). Geralmente o geleiro não se faz presente junto aos pescadores no momento da pescaria e nem reside nas comunidades do Lago Grande. Habitam nos centros urbanos de Santarém, Monte Alegre, Belém e Manaus. O responsável por toda a operação é o encarregado, personagem do processo, que tem contato direto com os pescadores. Cabe ao encarregado o seguinte: organizar as equipes de pescadores que geralmente são fixas; negociar o valor do pescado, apesar desse já ter sido definido pelas colônias de pescadores; determinar o local de captura e de toda manutenção dos pescadores e da embarcação.

Os "geleiros de fora" ou "geleiros itinerantes" são os de outros estados ou municípios da região amazônica; têm as mesmas características dos grandes geleiros locais acima referidos. O aparecimento desses geleiros é caracterizado pela busca de maior produtividade do pescado já não disponível em seus locais de origem. Outrossim, pela captura de espécies comerciais sazonais.

O deslocamento desses geleiros não se dá de forma isolada. Juntamente com ele outros pescadores se deslocam de seus locais de origem em busca de maior produção e de melhores condições de vida (Moreira 1993).

Geleiros e pescadores itinerantes conquistam espaços aquáticos na Amazônia, chegando a compartilhar territórios produtivos, à medida que a pesca era realizada sazonalmente. Ultimamente esse quadro vem-

se modificando haja vista os conflitos pesqueiros hoje recorrente na Amazônia entre estas categorias.

Quanto aos "geleiros comunitários" ou "pequenos geleiros", essa denominação advém do fato de suas embarcações variarem, em sua maioria, de uma a seis toneladas, e um emprego de capital menor em relação aos "grandes geleiros". Esses geleiros são os principais abastecedores do mercado de Santarém e Monte Alegre. Em alguns casos, a comercialização se estende ao estado do Amapá ou municípios de Prainha, Óbidos, Monte Dourado e Breves. Suas embarcações não ultrapassam esses mercados pelas próprias condições de armazenamento do produtor; pela falta de arreios de pesca, como ocorre no caso da pesca no rio Amazonas onde a maioria desses geleiros e dos pescadores não dispõem de instrumentos para desenvolvê-la; pela aceitação nos mercados das espécies capturadas e pela falta de capital (Figura 5).

O desenvolvimento da pesca comercial artesanal na área de estudo ocorre com esses personagens e com os pescadores, sem os quais, os geleiros não existiriam.

À medida que os atores sociais vão definindo algumas hierarquias, vão se estabelecendo no contexto da pesca comercial. Dessa forma a relação entre geleiro e pescador ocorre em vários níveis: um deles seria o da dependência do segundo pelo primeiro. Os grandes geleiros, por serem detentores do capital, dos arreios e das pequenas embarcações de pesca, viabilizam a atividade pesqueira para muitos pescadores, além disso, o adiantamento financeiro a eles cedido os condicionam a constante dependência, pois, em muitos casos os pescadores passam de uma safra a outra com dívidas aos geleiros, pois, nem sempre em uma safra eles conseguem esgotá-las.

No universo da pesca comercial toda e qualquer relação profissional ocorre de caráter verbal, não acarretando ônus algum para os

geleiros e facilitando a mobilidade ao pescador, salvo, quando ele se encontra endividado com o geleiro.

Vale ressaltar que, muitos pescadores que operam no Lago Grande de monte Alegre têm seus próprios instrumentos de trabalho, o arreio (miqueira) e a canoa de pesca. O mesmo não ocorre com pescadores que atuam no rio Amazonas na safra do "peixe liso" já que o arreio tem custo maior, apenas disponível pelos geleiros. Este seria um tipo de dependência para os geleiros, pois, dificilmente os arreios "cedidos" em uma safra serão utilizados na próxima.

Desse modo, percebe-se que os pescadores se dividem entre as categorias de geleiros, ou seja, existem os pescadores que pescam para os "geleiros comunitários" – pescando mais no lago, e os que pescam para os "grandes geleiros" agindo no rio Amazonas e no Lago sazonalmente, principalmente os moradores da restinga do Rio Amazonas.

Essa dualidade entre os pescadores tem gerado tensões conflituosas, à medida que os pescadores que operam para os pequenos geleiros responsabilizam os demais por permitirem a entrada dessas geleiras no lago durante todo o ano, provocando dessa forma a super-exploração do lago.

Entretanto, para os outros pescadores, a atividade da pesca para as grandes geleiras lhes proporciona melhores condições de vida, pois os geleiros financiam os instrumentos de trabalho, possibilitando-os de desenvolverem a pescaria sazonalmente no rio e no lago em suas poças produtivas.

No caso do Lago Grande de Monte Alegre, ultimamente, seja por conta dos conflitos entre as categorias (pescadores e geleiros), seja por contenção de despesas, os "geleiros de fora" que operam na região têm optado pelos pescadores da área o que facilita a pescaria, deixando assim de se deslocarem de seus locais de origem com sua frota

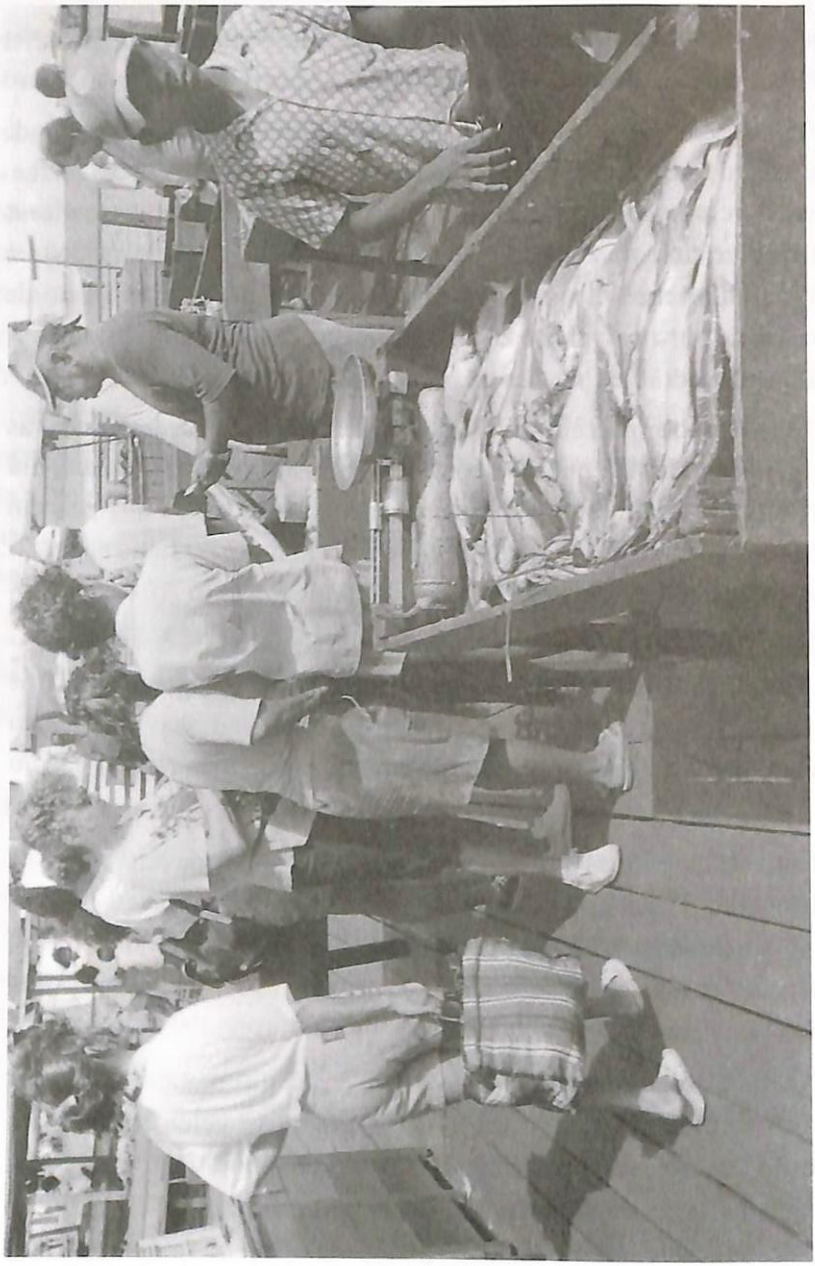

Figura 5 – Visita à Feira do Produtor de Pescado em Santarém. (Foto: Lourdes Furtado, 1993).

pesqueira (geralmente para cada geleira há em média 40 canoas de pesca com um ou dois pescadores).

Esse fato propiciou o surgimento dos "formadores de equipes de pescadores", personagens que mantêm estreitos contatos com os "geleiros de fora" e/ou seus encarregados, responsabilizando-se pela formação das equipes de pescadores da região e de todo o desenvolvimento da atividade, referida acima. Segundo informações, para os pescadores, esse processo tem facilitado o acesso e controle dos espaços produtivos pesqueiros da região, assim como tem evitado maiores conflitos entre pescadores locais e pescadores itinerantes.

De acordo com análise dos dados, observou-se que são várias as opiniões a respeito dos conflitos pesqueiros e de sua solução. É por isso que se chama atenção para a complexidade da questão no que tange, exatamente, às formas de apropriação dos recursos pesqueiros. Opiniões divergentes em relação ao destino do pescado têm polarizado os moradores dessas comunidades, de um lado se encontram os que defendem a pesca para subsistência, são defensores de áreas preservadas e contrários ao uso da malhadeira; e de outro os que defendem a comercialização, mesmo reconhecendo a supe-rexploração, principalmente do lago.

Essas polaridades têm-se apresentado de forma conflituosa. Em linhas gerais, cada grupo defende seus interesses, colocando à margem um entendimento de totalidade da situação, veja-se porque: há pescadores que defendem a pesca para subsistência, por julgarem a pesca comercial realizada para as geleiras como predatória devido aos arreios utilizados (malhadeira); e há pescadores de geleiras, financiados pelos geleiros, que defendem a comercialização alegando não terem condições de sobrevivência sem os geleiros. Diante desse quadro é que acordos de pesca intercomunitários têm surgido como forma de

amenizar e/ou solucionar os conflitos, visando à preservação dos recursos naturais disponíveis e de sua sobrevivência.

A afirmação de acordos de pesca intercomunitários, é feita através de lideranças que são as articuladoras das negociações entre os interessados, começando pela definição territorial de áreas a serem preservadas em cada comunidade. A preservação de áreas pesqueiras se dá de várias maneiras, observando diferentes aspectos: a) proibição de utilização de espaços piscosos (lagos centrais, lagos, igapós) por um certo período para comercialização; b) proibição de certas pescarias, em que o arreio é considerado predador ao ambiente; c) proibição da captura de determinadas espécies para comercialização; d) proibição da captura de determinadas espécies em período de maturação. Entretanto, a formulação de acordos não ocorre de forma simples, haja vista a existência de fatores no universo da sociedade local que requerem um entendimento a partir de uma visão macro da sociedade.

No que concerne à pesca comercial, realizada pelos geleiros na área do Lago Grande de Monte Alegre e do rio Amazonas, os moradores ribeirinhos, pescadores ou não, defendem que o Lago Grande de Monte Alegre deveria ser fechado por seis meses quando as espécies conseguem se reproduzir. A solução para os pescadores comerciais nesse período, seria o desenvolvimento da agricultura, seguro desemprego e a pesca no rio Amazonas, considerada como a pesca da safra do peixe liso. No entanto, para os pescadores urbanos, essa proposta não teria sentido, porque eles alegam não terem condições de pescar no rio Amazonas por não possuírem instrumentos de pesca. Para os pescadores comerciais ribeirinhos, o lago poderia ser fechado para preservação, uma vez que, no verão (principalmente nos meses de novembro e dezembro), pescadores urbanos e de outros municípios realizam a pescaria de arrasto no canal, fazendo com que toda e qualquer espécie de peixe seja capturada indiscriminadamente.

A questão a respeito de pescar ou não em um determinado espaço produtivo não é recente. Por conta dessa problemática é que inúmeros conflitos surgiram nessa área (Furtado 1993). Partindo do pressuposto de que, em uma determinada área (rio, lago, igapós, etc.) devem-se proibir as pescarias para exportação é que a delimitação de territórios produtivos tem sido recorrentemente utilizada como forma de garantia da sobrevivência das populações do Lago Grande de Monte Alegre. Ao mesmo tempo tem causado conflitos, haja vista as constantes invasões desses territórios, seja por pescadores comerciais, seja por pescadores de outras áreas. Nesse momento, observa-se que os conflitos atingem feições das mais diversas: pode ser a nível interno em uma determinada comunidade, e a nível intracomunitário, quando há interesses divergentes entre várias comunidades e a nível municipal, quando extrapola os interesses de cada município.

Nesse contexto, há que se aludir para o fato de que os conflitos pesqueiros não se restringem apenas à pesca comercial, aos geleiros, como parece de imediato, mas a outros fatores como os já referidos aqui.

2.d) conflitos e acordos

Nas três últimas décadas, a população ribeirinha que habita a área do Lago Grande de Monte Alegre, na região do Médio Amazonas, vem competindo, em condições desiguais com outros segmentos da sociedade envolvente, regional e estadual.

Esta competição pela apropriação dos espaços produtivos tem-se caracterizado pelas tensões e conflitos sociais na pesca que envolvem diferentes categorias sociais. De um lado estão os pescadores, que realizam a pesca de caráter artesanal, e de outro se encontram os pescadores de geleiras que realizam a pesca com maior capacidade de exploração dos recursos.

A produção das geleiras está voltada para o abastecimento dos mercados consumidores das grandes cidades, principalmente Belém e Manaus. Esta competição desigual entre formas distintas de exploração de um recurso comum tem gerado conflitos e ameaças diretamente à continuidade da subsistência das populações ribeirinhas que recorrentemente estabelecem comparação entre o passado e o presente, quando se referem aos resultados da pescaria, pois contra a escassez do presente está a fartura do passado, do "tempo dos antigos". No entanto, a escassez não se refere a uma falta total de alimento, mas está ligada a outros fatores – como o aumento do esforço de captura – que dificultam a realização de outras atividades, como a agricultura que tradicionalmente tem desempenhado papel importante nas subsistência dessas populações. A preocupação imediata está em garantir a sua sobrevivência, que só poderá ser conseguida protegendo-se as espécies. Por esta razão a defesa de espaços territoriais de produção passou a ser uma forma de garantir a subsistência, e ao mesmo tempo uma crescente fonte de conflitos sociais.

Os conflitos pesqueiros entre as comunidades do Lago Grande de Monte Alegre encontram-se associados à definição de espaços territoriais de produção. O mascaramento das divisórias dos terrenos, ou a invisibilidade aparente dos limites demarcatórios da territorialidade das comunidades ou de outros domínios do Lago Grande de Monte Alegre na época das cheias, coloca ao senso comum dúvidas quanto à sua legitimidade. Por conta disso, há uma tendência para que os "*outsiders*" – "os de fora" – ignorem esse direito costumeiro de acordo com seus interesses. Como conseqüência, as "invasões", seja de qualquer espécie, de "geleiras" ou de geleiros através de pescadores contratados à cercania do lago, ou de pescadores de outras comunidades, expressam a violação desses direitos, que de individuais, passam a ser coletivos na medida em que toda a comunidade se manifesta. Por

estas razões, a participação da comunidade no gerenciamento dos territórios, é fundamental.

Não raro se observa que esses conflitos têm origem em outras esferas, isto é, por outros motivos menos aparentes, e que encontram espaços para se manifestar no contexto das pescarias. Estes motivos podem ser chamados de "causas acumuladas". Os conflitos têm evidenciado hostilidades envolvendo grupos sociais dentro de uma mesma comunidade, grupos de comunidades distintas e conflitos entre pessoas pertencentes a um mesmo grupo de parentesco. São estas nuanças de conflitos sociais na pesca (como tem ocorrido na região do Lago Grande de Monte Alegre) que têm dificultado a compreensão das "causas imediatas" desvinculando-as das "causas acumuladas". Daí advém a necessidade de se analisar os conflitos a partir da sua historicidade. Este fato ressalta a necessidade de se colocar a questão dos conflitos num nível mais abrangente de análises, em que suas causas sejam buscadas num contexto mais amplo, em uma abordagem sincrônica e diacrônica.

Na busca de soluções para os conflitos entre as comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, acordos comunitários foram e vêm sendo realizados entre os envolvidos (comunitários, lideranças políticas e instituições governamentais ou não). No entanto, a formulação de acordos não tem ocorrido de maneira tão simples e, em alguns casos, tem acirrado ainda mais a disputa por territórios, e que tem gerado mais conflitos devido a interesses diversos e divergentes, acima referidos.

Apesar de se apresentar de maneira variada, as tensões/conflitos e os acordos estão ligados por pontos em comum. De um lado, pela territorialidade, um fator endógeno; de outro, por pontos exógenos, como a performance das políticas ambientais e sociais existentes na e para a Amazônia. Cabe-nos sugerir a correção dos processos de construção dos ordenamentos pesqueiros para as bacias nas quais as populações

ribeirinhas construíram sua territorialidade e dela dependem para viver, e sugerir a revisão da elaboração das políticas e programas dirigidos à sociedade amazônica e seu meio ambiente. São processos que estão a exigir a participação efetiva das legítimas representações dos grupos pesqueiros ribeirinhos, que vivem de uma economia polivalente como já foi referido em trabalhos anteriores (Furtado 1989/1994), (Furtado, Leitão & Mello 1994). Enquanto esses processos não se consolidam, medidas emergenciais precisam e devem ser tomadas para evitar e/ou equacionar os conflitos.

As categorias sociais em conflito variam de acordo com os espaços de produção que estão sendo disputados. Em alguns casos, conflitos que se originam em espaços terrestres se estendem para os espaços aquáticos e vice-versa, porque as causas também são variadas e se prolongam no tempo (Alencar 1994).

Dentre as principais causas e categorias em conflitos, de acordo com os espaços de produção, destacam-se as seguintes (Quadro 1).

Os conflitos sociais estão relacionados à disputa pelos espaços de produção terrestres e aquáticos, para a exploração dos recursos naturais existentes nesses ambientes.

No espaço terrestre, os conflitos sociais se caracterizam pelo conflito de interesse quanto à finalidade de uso da terra e dos recursos. De um lado, os interesses são voltados para a criação do gado e utilização das terras para plantar capim; do outro, os interesses estão voltados para a agricultura – a utilização das terras para plantar roças.

Observou-se que mudanças nas formas de utilização do espaço terrestre, ou seja, a terra de roça se transformando em terra de gado, implicou o aumento da atividade pesqueira, enquanto atividade capaz de gerar a renda que deixou de ser obtida com a agricultura. Este espaço também sofreu modificações na forma de uso, quando as áreas de várzea das margens do lago foram utilizadas para a plantação de juta e

posteriormente, para o plantio de pasto para a criação do gado. Alguns exemplos de conflitos sociais que ocorrem no espaço terrestre e no espaço aquático, e as comunidades onde têm ocorrido encontram-se no Quadro 2. Os grupos de comunidades constantes nesse quadro são reveladores das alianças que emergem da necessidade de solucionar os conflitos que os envolvem.

Quadro 1 - Principais causas e categorias em conflitos na região do Lago Grande de monte Alegre, de acordo com os espaços de produção.

Espaço de produção	**Causas dos conflitos**	**Categorias em conflito**
TERRA	- invasão de roças pelo gado - destruição de vegetação das margens de lagos e rios por búfalo - captura de tracajás - caça de animais silvestres	- pescador-agricultor - pescador artesanal comercial - pequeno criador de gado branco - grandes criadores de búfalo
ÁGUA	- pesca com malhadeira em áreas de conservação; - desobediência aos prazos estabelecidos nos acordos comunitários de preservação de rios e lagos centrais para a pesca de determinadas espécies, principalmente o pirarucu; - disputa pelo controle do acesso aos recursos pesqueiros disponíveis em áreas controladas por uma ou por grupos de comunidades.	- pescador-agricultor - pescador artesanal comercial das comunidades - pescador artesanal comercial de "geleiras" de outros municípios (Belém, Abaetetuba, Macapá, etc.)

Quadro 2 - Exemplos de conflitos sociais ocorrentes em espaços terrestre e aquático, nas comunidades.

Comunidades Aliadas	Áreas de Conservação	Tipo de Acordo	Data e Situação
Flexal, Ilha do Flexal e Calvário	Ilha do Ananás, Lago da Vaca e Lago da Ressaca	-pesca só para comunidades aliadas -pesca de malhadeira só para consumo	1992 - Aliança desfeita
Flexal I, Costa do Tapará	Lago do Catauari Grande	Proíbe a pesca com redes "miqueiras"	Sem data
Curicaca, Centro Grande	Rio Maicuru, Boca do Lago do Piracaba, lagos centrais e área do Lago Grande de Monte Alegre	-Não pescar com malhadeira -Pesca de tarrafa só no verão	Desde 1993
Jacarecapá, Cabeceira, Periquito	Lago do Jacarecapá e lagos centrais, área do Lago Grande de Monte Alegre	-não usar malhadeira p/ pesca de comercialização -pesca de tarrafa só no verão -pesca de pirarucu só com arpão quando abre a pesca	Desde 1989
Curiaca, Aldeia, Jacarecapá, Curral Grande Passagem	Lago Pucuitarim, Área de Trombóia, Lago do Jacarecapá.	-não pescar com lanterna de carbureto malhadeira	1964 Modificada
Aldeia, Miri, Jaburu e Passagem	Lago Mucurituba, Lago Paituna, Ilha da eurica, e área do lago Grande de Monte alegre, até o Trombóia.	-não capturar -não usar malhadeira -pesca de tarrafa somente quando abre a pesca no verão -pesca de pirarucu só com arpão.	Desde 1989
Aldeia e Curral Grande	Área do Trombóia até Lago Mucurituba	-não pescar de malhadeira	1993

Quadro 2 - Exemplos de conflitos sociais ocorrentes em espaços terrestre e aquático, nas comunidades. (continuação)

Comunidades Aliadas	Áreas de Conservação	Tipo de Acordo	Data e Situação
Curicaca, São Diogo e Nazaré	Rio Maicuru, lagos centrais, área do Lago Grande de Monte Alegre	-não usar malhadeira -pesca de tarrafa somente quando abre a pesca no verão -pesca de pirarucu só com arpão.	Aliança desfeita
Santa Rita, Bom Jardim, Campinas	Lagos centrais das comunidades	-não pescar com malhadeira -pesca só para consumo	Desde 1993
Comunidades do Lago Grande de Monte Alegre	Lago Grande como um todo	-suspender a pesca por seis meses, de setembro a março -pescar só no rio Amazonas	1994 – o acordo funcionou parcialmente nas comunidades da restinga e comunidades onde não se realiza a pesca de comercialização.

2.e) Alternativas comunitárias de solução dos conflitos: as alianças intercomunitárias (Acordos de Pesca)

Algumas comunidades têm desenvolvido estratégias ou diretrizes que visam a garantir a disponibilidade de recursos naturais básicos para sua subsistência, ou delimitar espaços de produção necessários para desenvolver suas atividades produtivas. Historicamente, a forma como a população ribeirinha tem explorado o ambiente, expressa um tipo de relacionamento que está marcado pelo equilíbrio na exploração de certos recursos, pela combinação de atividades produtivas. No entanto, com a introdução de novas necessidades e o relacionamento cada vez mais estreito e exigente dos mercados consumidores, ocorreram modificações nas relações homem/meio ambiente (Figuras 6, 7).

No "tempo dos antigos" (Alencar 1994:04), a exploração da natureza e as estratégias de utilização dos espaços produtivos, caracterizam-se pelo manejo de recursos silvestres e recursos pesqueiros, assim como, na utilização dos solos, via estratégia de rodízio das roças. Desta forma, o ambiente não era impactado, permitindo assim um nível adequado de renovação.

Hoje os comunitários têm consciência de que houve um aumento significativo da demanda por certos recursos, principalmente o peixe, e um aumento populacional significativo, que implicou a pressão sobre os recursos. Algumas atividades produtivas que antes eram pouco significativas, do ponto de vista da capacidade de gerar renda imediata, hoje ganharam uma nova dimensão, com a criação de gado (branco e bubalino). Esta atividade entrou em antagonismo com a atividade tradicional de cultivo de roça, pois as terras foram demarcadas, tendo seu uso redefinido, deixando de ser cultivadas por pequenas roças, para serem ocupadas por pasto para a criação de gado.

A redefinição do espaço de produção, implica, assim, mudanças nas relações sociais. Os grandes criadores, ao comprarem as terras de pequenos agricultores, provocam a migração destes para os centros urbanos mais próximos. Este é o caso, por exemplo, de comunidades como o Curicaca, onde algumas famílias venderam suas terras para grandes criadores, que passaram a criar gado de forma extensiva. Os pequenos agricultores que permaneceram em suas terras, para não serem prejudicados, tendo as roças invadidas pelo gado, são obrigados a construir cercas de arame farpado, para proteger a plantação. Assim, o arame farpado passa a significar uma nova ordem social e econômica na vida dessas comunidades.

Atualmente, nas comunidades onde estão ocorrendo conflitos com a criação extensiva de búfalo, que destroem a vegetação das margens de rios e lagos e invadem roças, os comunitários estão propondo

Figura 6 – Viagem com comunitários para reconhecimento da área da Portaria 200 no Lago Grande de Monte Alegre. (Foto: Lourdes Furtado, 1993).

Figura 7 – Viagem com comunitários para reconhecimento de áea da Portaria 200 no Lago Grande de Monte Alegre. (Foto: Lourdes Furtado, 1993).

acordos com os criadores. Este é o caso das comunidades de Curicaca e Flexal, onde os moradores estão negociando com os criadores (a maioria residente na cidade de Santarém), um acordo de manejo do gado, como forma de evitar prejuízos para os comunitários. Nos acordos são propostos aos criadores que: a) manejem o gado da várzea para a terra firme e vice-versa de acordo com a observação do nível de água dos lagos e rios, como forma de proteger o capim e os barracos; b) no caso de invasão de roças pelo gado, se o proprietário do mesmo não se dispuser a pagar os prejuízos, os comunitários estão dispostos a seqüestrar uma cabeça de gado como forma de ressarcir o prejuízo.

Os criadores nem sempre aceitam as propostas do comunitários, pois por residirem fora da região, desconhecem a realidade e o impacto que a criação extensiva tem causado ao ambiente e as conseqüências para os moradores locais.

Na comunidade de Jaburu, por exemplo, onde existe uma tradição na combinação exploração de duas atividades, a criação de gado branco e a agricultura, os comunitários não aceitaram que um de seus membros criasse búfalo. A comunidade pressionou de tal forma, que o mesmo, diante dos conflitos gerados pela presença de búfalos, desistiu de criar este tipo de gado dentro dos limites da comunidade, procurando outro lugar para fazer sua criação.

Outro tipo de impacto ao ambiente que ocorre com a criação de gado, tanto o branco quanto o bubalino, é a derrubada da floresta de várzea, margens de rios e lagos, para fazer o plantio de pasto para gado. Na comunidade de Curicaca, por exemplo, os moradores criaram uma associação ambientalista[10] que dentre outras coisas, procurou orientar a população a não derrubar esta vegetação. Eles também fazem um trabalho de conservação do pescado nos lagos centrais e parte do Lago Grande de Monte Alegre, e no trecho do rio Maicuru que corta a comunidade. Este trabalho estava sendo prejudicado pelo corte da vegetação,

pela presença do búfalo, assim como pela invasão de pessoas de outras comunidades que pescam no rio e nos lagos com materiais de pesca proibidos, e em épocas de defeso de algumas espécies – principalmente do pirarucu.

Estes são alguns exemplos de conflitos que estão ocorrendo no espaço terrestre, e de soluções que estão sendo buscadas pelos comunitários.

No que se refere aos conflitos mais específicos do espaço aquático, ligados às atividades pesqueiras, de acordo com as informações obtidas com a pesquisa, observa-se que as alianças inter-comunitárias ao mesmo tempo que são soluções para certos conflitos envolvendo comunidades específicas, podem causar outros tipos de conflitos. Isto ocorre quando comunidades que estão fora do acordo ferem as normas do acordo, realizando pescarias nas áreas de preservação. Muitas vezes, o acordo é quebrado por comunitários da mesma comunidade que realizaram o acordo, por não concordarem com as regras, ou porque desenvolvem uma atividade de pesca comercial que não é realizada pela maioria da comunidade. Este fato implica conflitos internos nas próprias comunidades e com as comunidades aliadas, pois a ação do comunitário não é percebida como sendo uma manifestação isolada, individual, mas como sendo de responsabilidade da comunidade como um todo.

As cobranças que são feitas em cima do comunitário que quebra o acordo são rigorosas, pois as comunidades aliadas vêem esta transgressão como um precedente que é aberto para os pescadores comerciais

[10] Criada em 1986 com o nome de Núcleo de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais do Lago Grande de Monte Alegre. Em 1990 o nome foi substituído por Associação Ecológica em Defesa dos Recursos do Meio Ambiente dos Rios Maicuru e Paituna de Monte Alegre (ASSEDREMPAMA); e recentemente teve o nome substituído por ASSACUMA (Associação Ambientalista comunitária de Curicaca, Monte Alegre)

das geleiras de outras regiões também pescarem nas áreas preservadas. Assim, a comunidade do transgressor estaria dando um "mau exemplo" e não teria "moral" para barrar a entrada de pescadores comerciais, e até mesmo para criticar qualquer membro das outras comunidades que também viessem a quebrar o acordo.

O conflito que é gerado por este tipo de atitude muitas vezes leva à ruptura do acordo, pois os demais comunitários argumentam que "se é pra valer o acordo, todos têm que se privar de fazer pescarias com o material proibido (rede malhadeira)", sob pena de todos sofrerem a escassez do pescado no futuro.

As alianças inter-comunitárias têm sido realizadas principalmente entre comunidades de economia centrada na agricultura, criação de gado e pesca para consumo. A maioria são comunidades localizadas na terra firme, próximas às cabeceiras dos lagos e igarapés que deságuam no Lago Grande de Monte Alegre, que são importantes "recriadouros" de peixe. Este é o caso das comunidades de Jacarecapá, Cabeceira, Periquito, Miri, Jaburu, Aldeia, Calvário, Flexal e Curicaca, localizadas na foz do rio Maicuru, por onde entram várias espécies de peixe no período do verão em direção aos lagos centrais.

Para estas comunidades, o peixe é a principal fonte de alimento, de proteína animal, não existindo a pesca voltada exclusivamente para a comercialização, como ocorre nas comunidades da área da restinga. As pescarias são realizadas com a utilização de instrumentos de trabalho como a tarrafa, o arpão e a flecha.

Estas são algumas das comunidades onde existem atividades de conservação de lagos, igarapés e trechos de rio. A pesca nessas áreas para comercialização somente é liberada no verão (de agosto a dezembro), para a captura de espécies mais pressionadas, como o pirarucu. Geralmente no período da "abertura" da pesca é quando alguns

pescadores conseguem obter uma renda que supra suas necessidades de consumo, pois no verão geralmente roças ainda estão sendo plantadas.

Este tipo de atividade é recente, pois há cerca de trinta anos, a espécie mais capturada na região era o pirarucu, principalmente no verão quando ocorria a "salga". Com a pressão em cima dos estoques desta espécie de grande valor comercial, este peixe se tornou cada vez mais difícil de ser capturado com a utilização dos materiais de pesca permitidos pelos acordos. Por isso observa-se que os trabalhos de "preservação" realizados pelos acordos comunitários têm como principal alvo o pirarucu.

Assim, nos lagos localizados nas cabeceiras de igarapés, os comunitários estabelecem algumas regras para a captura deste peixe. Uma delas refere-se ao tipo de material que pode ser utilizado, que é o arpão. Em segundo lugar, está o período da abertura da pesca, que geralmente ocorre no final do verão quando "o peixe tá solteiro", que é próximo ao período de acasalamento, a partir do mês de dezembro.

Geralmente a pesca é aberta por uns dois meses, às vezes menos. Os comunitários controlam todas as atividades de pesca, punindo aqueles que infringirem as regras, ao usar rede malhadeira, por exemplo. Os comunitários que não obedecem aos acordos de pesca e insistirem em pescar ao longo do ano, quando a pesca está fechada, podem ser punidos, sendo proibidos de pescar.

Às vezes é permitida a pesca para comunitários que não fazem parte do acordo de manejo de lago. No entanto, isto só ocorre quando não existir "invasão" de pesca dessas comunidades durante o período de suspensão da pesca.

A abertura da pesca nas áreas preservadas ocorre de acordo com a observação do nível da água. Quando a água está "pequena", o peixe fica "acuado", podendo ser facilmente capturado, e isto pode significar uma grande captura, que não interessa aos comunitários. Às vezes,

quando a água está muito baixa, não ocorre a abertura da pesca do pirarucu. Mas pode ser liberada a pesca de tarrafa para outras espécies, como tucunaré, aracu, entre outros.

No verão passado, no mês de novembro, comunitários de Miri, Aldeia e Jaburu fizeram a abertura do lago Mucurituba, para a pesca do Pirarucu e outras espécies, no entanto poucos comunitários conseguiram pescar um pirarucu, pois a água estava "grande". Assim, a temporada de pesca não durou um mês. Observa-se com isso que existem fatores ambientais que interferem na atividade do manejo, ou seja, a natureza também "ajuda" a proteger o peixe.

No entanto, para o próximo verão, os comunitários estão preocupados com os estoques existentes nos lagos de preservação, como a cheia de inverno não foi muito grande, significa que no verão as águas vão atingir um nível muito baixo, facilitando assim a captura de espécies como o pirarucu.

2.f) O papel da mulher no universo social da pesca

Uma pesquisa vem sendo desenvolvida dentro da temática da mulher e sua participação na atividade pesqueira. Chama-se, pois, a atenção para a necessidade de se observar a mulher dentro de um contexto geral, já que o papel que ela desempenha dentro de um determinado grupo social não pode ser entendido sem levar em consideração o universo no qual ela se encontra inserida.

Nesse sentido, observou-se a mulher em todos os contextos da vida social, econômica e política, observando as atividades produtivas que ela realiza, procurando entender a maior ou menor presença nas atividades de pesca.

A pesquisa começou a se desenvolver no Lago Grande de Monte Alegre, mais precisamente nas comunidades onde foi desenvolvida a pesquisa sobre conflitos sociais na pesca: Cuieira, São Diogo, Aldeia,

Flexal, Ilha do Flexal, Jacarecapá, Piracada, Bom Jardim, Curicaca e Santa Rita. Após conhecer aspectos relativos à produção econômica, localização geográfica e aspectos sociais e culturais destas comunidades, optou-se por concentrar a pesquisa nas comunidades de Cuieiras, Curralinho e São Diogo. A escolha destas comunidades se fez a partir da constatação da existência de uma atividade significativa das mulheres na pesca, e também pelo tipo de produção econômica que está centrada principalmente na pesca.

Com esta escolha, foram selecionadas comunidades localizadas em áreas geográficas distintas para, a partir da observação de aspectos ambientais, tentar incorporar na análise e relação entre a localização geográfica, ou seja, o ambiente ecológico, e as possibilidades de desenvolver determinadas atividades econômicas. Também foi observado a relação entre a proximidade com o mercado e a facilidade de escoamento da produção.

Ao longo do trabalho de campo, observou-se que estes aspectos são relevantes, para entender a predominância de determinada atividade econômica. Contudo, não se deve deixar de incorporar na análise os aspectos culturais e sócio-econômicos, que possuem um papel significativo na maneira como se dá a organização/divisão sexual do trabalho nas diferentes comunidades pesquisadas.

O fator ambiental é relevante quando se observa, por exemplo, nas comunidades localizadas às margens do rio Amazonas (Cuieiras, Campinas, Bom Jardim, Santa Rita) e rio Gurupatuba (Curralinho) que existem mais oportunidades de mulheres realizarem a pesca, tanto para comercialização como para consumo, principalmente no período da safra no verão (meses de agosto a novembro), quando os cardumes passam na frente de suas casas. Assim, elas não precisam fazer um deslocamento a áreas distantes para realizar a pesca, fato este que é de fundamental importância na maneira como elas vão administrar seus tempos de trabalho.

O deslocamento das mulheres a lugares distantes de suas casas, como o Lago Grande de Monte Alegre, para fazer a pesca, torna-se inviável, embora não seja impossível, porque na divisão sexual do trabalho, nessas comunidades, é atribuído apenas às mulheres o cuidado com a casa e com os filhos (Alencar 1995:11). Esse é um dos motivos pelo qual na pescaria realizada no Lago Grande de Monte Alegre, a presença dos homens é predominante. Os pescadores permanecem durante vários dias pescando no lago, o que dificulta a presença de mulheres nesta pescaria, por não poderem se afastar por vários dias de suas casas, principalmente se possuírem filhos pequenos. Também existe o fato de que os pescadores ficam morando na geleira para qual eles trabalham, geralmente em condições precárias.

A comunidade de Curralinho, por sua vez, possui algumas características bastante peculiares, no que se refere à organização do trabalho na pesca. Nesta comunidade as mulheres têm um papel importante na produção pesqueira, responsáveis por uma parte considerável da produção que é gerada pelo grupo. O trabalho das mulheres é mais intenso no período do inverno, quando fiscalizam as pescarias nas áreas de igapó com a utilização de caniços. A proximidade do mercado permite que o peixe seja vendido ainda fresco ("sangrando"), tendo, assim, os pescadores um retorno imediato, sem a intermediação de "geleiras".

De acordo com a visão corrente na região do Lago Grande de Monte Alegre, em Curralinho "as mulheres pescam e os homens vendem o peixe no mercado. Elas vão para o igapó e os homens ficam em casa esperando o peixe para levar para vender em Monte Alegre"[11]

[11] Comunicação pessoal de um comunitário da comunidade de Cuieiras que mantém contatos freqüentes com moradores de Curralinho.

Este tipo de informação dá uma visão da importância do trabalho da mulher na pesca nesta comunidade, mas não permite inferir qualquer conclusão. Espera-se que, ao longo da pesquisa, se possa tirar algumas conclusões baseadas nas próprias observações. De certa forma, vale ressaltar que nas comunidades visitadas e estudadas, sempre havia uma referencia às comunidades de Cuieiras e Curralinho como sendo locais onde a mulher realiza pescarias para comercialização.

Nas comunidades localizadas em terra firme, às margens do Lago Grande de Monte Alegre, observou-se que as mulheres desenvolvem atividades ligadas à agricultura, e à criação de pequenos animais. Nestas comunidades, a maioria dos moradores, salvo algumas exceções, realiza a pesca apenas para consumo, atividade que está sob a responsabilidade dos homens. Apenas no inverno, quando o lago está cheio e a água está próxima das casas, é que algumas mulheres realizam a pesca de caniço no igapó, mas de forma esporádica.

Os moradores das comunidades localizadas às margens dos rios Amazonas e Gurupatuba, possuem portanto, mais facilidades de realizar a pesca em dois ambientes, rio e lago, o que já não acontece com as comunidades localizadas na terra firme.

Este fato tem uma repercussão muito interessante, quando se observa que algumas mulheres residentes na várzea, mas que são nascidas em terra firme, apenas aprendem a pescar após mudarem de residência, ao casarem com homens da várzea. Já as mulheres nascidas e criadas na várzea, aprendem a pescar desde pequenas. Aprender a pescar faz parte do seu processo de socialização. Assim, na idade adulta, principalmente após constituírem família, o exercício desta atividade passa a ser de grande importância no que se refere ao sustento da família.

A par destes diferentes aspectos que caracterizam as diversas comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, resolveu-se centrar a

pesquisa, inicialmente, na comunidade de Cuieiras, para depois estender para as comunidades de Curralinho e São Diogo. Também utilizou-se como estratégia de pesquisa de campo, realizar a coleta de dados em dois momentos distintos, no verão e no inverno, para, desta forma, conhecer o impacto das variações sazonais sobre as atividades das mulheres, e na vida social e econômica da comunidade como um todo.

De maneira geral, os dados coletados permitem fazer inferências e tirar conclusões da realidade observada em Cuieiras, visto que a pesquisa está mais adiantada nesse universo particular. No que se refere às comunidades de Curralinho e São Diogo, que vão servir como parâmetro de comparação com a realidade observada em Cuieiras, as informações disponíveis são ainda insuficientes para se chegar a alguma conclusão.

Os dados coletados até o momento permitem apontar para as seguintes características destas três comunidades, no que se refere à participação da mulher na produção pesqueira, vide Quadro 3.

Quadro 3 - Características de três comunidades, no que se refere à participação da mulher na produção pesqueira.

Comunidade	Época de Pesca	Local de Pesca	Finalidade da Produção	Material de Trabalho
	Verão	Rio Amazonas	Comercialização	Redes mahadeira
Cuireiras	Inverno	Igapó	Consumo ou comercialização	Caniço e rede malhadeira
Curralinho	Inverno	Igapó	Comercialização	Caniço e linha
São Diogo	Inverno	Igapó	Consumo	Malhadeira e caniço

Vale ressaltar que, a pesquisa, embora centrada inicialmente na região do Lago Grande de Monte Alegre, não pode deixar de tomar o contexto regional como referencial na elaboração de conclusões, que

visem a ter um alcance mais abrangente, do que a realidade desta região.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que, além do contato com comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, também contactou-se com mulheres pescadoras de comunidades do município de Santarém (da região do Ituqui, do Maicá, do Lago Grande de Franca, do Tapará, do Aritapera e do Ipixuna). O contato ocorreu por ocasião do debate promovido pela equipe na colônia de pescadores de Santarém, Z-20, conforme referido anteriormente. Também contatou-se com mulheres pescadoras do município de Óbidos, por ocasião do "II Congresso de Pescadores de Óbidos". Neste evento a equipe apresentou o vídeo-documentário "Pescadoras de Cuieiras", seguido de um debate envolvendo pescadores e pescadoras presentes, representantes dos pequenos produtores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Óbidos e representantes do Movimento de mulheres de Óbidos.

A partir das informações obtidas nestes eventos, tentou-se fazer uma análise da situação da mulher pescadora nesta região do Médio Amazonas. Também foram incorporadas, na análise as informações obtidas na região do Lago Grande de Monte Alegre, conseguindo-se, pois, traçar um breve panorama da situação da mulher no que se refere aos seguintes aspectos:

Formas de Participação da Mulher no Trabalho

A produção pesqueira voltada para a comercialização se caracteriza pela produção familiar, em que se observa a participação de todos os membros em idade produtiva. A mulher participa da produção pesqueira de diferentes formas:

a) tecendo e entalhando redes (colocando o chumbo)

Esta atividade é importante para o grupo familiar, na medida em que se economiza dinheiro na compra de redes novas, pois o trabalho da mulher não é remunerado. Mas quando ela tece redes para terceiros, obtém-se uma renda adicional para a família.

b) consertando redes de pesca

Esta atividade ocorre durante todo o ano, no verão e no inverno. O trabalho é maior no inverno, pois neste período os homens pescam no lago durante vários dias e as redes utilizadas nas pescarias são cortadas pelos peixes. Nos finais de semana eles retornam às comunidades para consertar as redes e levam as redes que já foram consertadas. O trabalho de conserto recai principalmente sobre as mulheres e filhos maiores, pois eles permanecem em casa. Mas quando terá muitas malhadeiras precisando de conserto, os homens permanecem mais tempo nas comunidades para auxiliarem as mulheres neste trabalho. O conserto de rede é feito tanto nas redes de casa, quanto nas redes de terceiros, sendo esta uma atividade que também gera uma renda para as mulheres durante todo o ano.

c) beneficiando (tratando e salgando) o peixe para a venda

d) realizando pescarias tanto para consumo, quanto para comercialização

e) fabricando o piracuí (farinha de peixe)

Esta atividade ocorre principalmente no período da "salga" que acontece no verão. Atualmente, com a pressão nos estoques pesqueiros, a disponibilidade das espécies mais utilizadas para fazer o piracuí tem diminuído. Assim, em muitas comunidades, esta atividade que estava sob a responsabilidade das mulheres, deixou de ser uma importante fonte geradora de renda para a família.

Participação da Mulher nos conflitos de pesca

Por estar inserida no contexto social, econômico, histórico e cultural das comunidades, as mulheres delas participam em sua totalidade. Sua participação nos conflitos sociais não se caracteriza pelos enfrentamentos físicos, como acontece com os homens, quando estes saem em expedição de fiscalização, mas, enquanto membros das comunidades, participam quotidianamente das dificuldades enfrentadas no trabalho da pesca. Elas conhecem, tanto por experiência própria, quanto por informações, as principais dificuldades do trabalho da pesca, principalmente da escassez dos recursos, que as comunidades associam diretamente com a atividade da pesca comercial feita para exportação. Elas apóiam os trabalhos de preservação existentes nas comunidades. São elas as principais mediadoras dos conflitos, participando seja diretamente das discussões, seja como conselheiras de seus companheiros.

Portanto, a participação das mulheres nos conflitos de pesca decorre do papel que elas desempenham no contexto comunitário, seja trabalhando na pesca, na agricultura, seja como professora, como catequista, como liderança comunitária; enfim, enquanto sujeito social. Assim, ela participa tanto dos problemas que ocorrem no espaço de produção da pesca, quanto no espaço terrestre (invasão de roça pelo gado, principalmente).

As mulheres participam da vida social do grupo de diversas formas, seja enquanto trabalhadora (na pesca, na agricultura, no extrativismo, na criação de pequenos animais, etc.), seja enquanto dona de casa, seja enquanto representante de uma organização comunitária, dentre outras formas. As mulheres, também têm, portanto, uma opinião formada sobre as causas das mudanças nas atividades de produção: a diminuição do pescado, a falta de terras para fazer roças, dentre outras. Elas acompanham as transformações que suas atividades

de produção estão sofrendo e que afetam diretamente a reprodução do seu grupo familiar.

Dentre as diversas formas de participação das mulheres participam dos conflitos sociais em suas comunidades: seja no espaço terrestre, ou no espaço aquático, destaca-se as seguintes:

a) participando em reuniões nas comunidades para discutir algum problema e buscar soluções;

b) indo até os órgãos governamentais responsáveis pela preservação ambiental, como o IBAMA, denunciar algum problema com relação à pesca ("invasão" de uma área de preservação, desrespeitando a legislação de piracema, uso de instrumentos de pesca proibidos, etc.)

c) participando das colônias de pescadores, denunciando problemas, reivindicando algum tipo de benefício para suas comunidades.

Participação política das Mulheres

A participação da mulher, enquanto cidadã, ocorre em vários níveis, observando que na maioria das comunidades do Lago Grande de Monte Alegre elas estão presentes principalmente como professoras, como catequistas, como membros da direção da organização comunitária e até mesmo como presidente de associação de defesa do meio ambiente, como é o caso de Curicaca.

Elas também exercem, quando se filiam à colônia de pescadores, entidade que representa a sua categoria, se candidatam a algum cargo como liderança comunitária. Neste caso, observa-se que das 31 comunidades do Lago Grande de Monte Alegre, as mulheres estão presentes na direção das organizações comunitárias em Curicaca, Curral Grande, Jaquara, Flexal, Ilha do Flexal, Santa Rita, Piracaba, Jacarecapá, dentre outras. Elas participam da vida social e política da comunidade como

coordenadora da comunidade, como presidente da entidade de preservação ambiental, como professora ou como catequista.

Educação

As mulheres são os principais agentes de socialização, cabendo a elas repassar conhecimentos às novas gerações. Elas produzem os discursos que são gerados nos grupos e que traduzem a maneira como o grupo percebe a relação com o ambiente, e as formas de se reproduzir socialmente. A reprodução material do grupo, faz-se pela interação com a natureza, que necessita da utilização de técnicas específicas de trabalho e exploração do ambiente, que respondam às necessidades básicas.

Nesse sentido, historicamente, as populações ribeirinhas possuem formas peculiares de interação com a natureza, expressa no tipo de instrumentos de trabalho e na maneira de organizar a produção. Este saber é transmitido pela tradição, pela vivência, na experimentação com os ensinamentos dos adultos (Da Matta 1986).

A educação das novas gerações, pelo menos até os 7 ou 8 anos de idade está principalmente sob a responsabilidade das mulheres. Elas são os principais agentes do processo de socialização da criança, quando ela toma consciência dos papéis sociais a desempenhar na sociedade da qual ela faz parte (Berger & Luckmann 1987).

As mulheres são, assim, as principais educadoras, cabendo a elas a responsabilidade de formar personalidades, de repassar regras e valores que orientam as relações entre as pessoas do grupo social do qual faz parte. Essa é a educação informal, que se caracteriza enquanto processo de transmissão cultural, de uma visão de como se relacionar com o meio ambiente para se reproduzir material e socialmente.

No que se refere à educação formal, das 31 comunidades do Lago Grande de Monte Alegre observadas, a educação formal também está

concentrada nas mãos das mulheres. Analisando os dados do subprojeto de Comunicação e Educação Ambiental, constatou-se que de 105 professores das 31 comunidades, 82 são mulheres[12]. Destas, algumas também exercem outras atividades nas comunidades, como a catequese e cargos de liderança, tais como, secretárias da organização comunitária, coordenadoras de comunidades, tesoureiras, dentre outros.

Participação da Mulher na Produção Econômica

As atividade produtivas que as mulheres desenvolvem variam de acordo com o ambiente geográfico onde está localizada sua comunidade, e com o tipo de produção econômica que predomina. Nas comunidades onde existe uma economia centrada na agricultura e na criação de gado, o trabalho das mulheres se destaca principalmente na agricultura (plantio, colheita e fabricação de farinha), e na criação de pequenos animais (patos, porcos, galinhas, etc.). A criação de gado é responsabilidade dos homens e dos filhos maiores. Trata-se de comunidades localizadas na terra firme, às margens de lagos e rios, em áreas de várzea, como Flexal, Jaquara, Piracaba, Jacarecapá, Curicaca, Curral Grande, Nazaré, São Diogo e Cuçaru.

Em Jaquara, Piracaba, Nazaré, São Diodo, Cuçaru e ilha do Flexal, por exemplo, a atividade de pesca é voltada tanto para o consumo quanto para a comercialização, mas as mulheres só pescam de forma esporádica geralmente no inverno para consumo das famílias.

Em São Diogo, a pesca está voltada tanto para o consumo, quanto para a comercialização, e é uma atividade que tem aumentado nas

[12] Dados obtidos em Bonatto & Oliveira (1995), Curso de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental para professores do Lago Grande de Monte Alegre. *Cadernos da pesca do IBAMA*. Brasília (no prelo)

últimas décadas, combinada com a criação de gado, que é uma atividade já tradicional, enquanto forma de capitalização. Nos últimos anos, esta atividade tem crescido, principalmente após o declínio da produção da juta, mudanças na atividade de produção que se expressam em: a) aumento do rebanho de gado branco e introdução da cultura do gado bubalino; b) o cercamento das áreas disponíveis para agricultura; c) o declínio da produção agrícola, com as terras sendo usadas para plantio de capim; d) o desenvolvimento da pesca comercial; e) o aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros; f) o trabalho para as geleiras.

Nesta comunidade, a participação das mulheres na pesca comercial não é expressiva como nas comunidades de Curralinho e Cuieiras. Tentou-se explicar este fato, incorporando na análise aspectos ambientais, ligados à localização geográfica, como a localização dos pesqueiros em áreas distantes da comunidade. Também foram observadas atividades econômicas realizadas pelo grupo, em que a mulher possui um papel importante na agricultura, o que naquelas comunidades é praticamente inexistente.

De acordo com os dados coletados até o momento, observou-se que, com exceção de duas ou três mulheres que pescam para comercializar, as demais mulheres de São Diogo que têm uma participação na atividade pesqueira, são aquelas que tecem e consertam redes de pesca, utilizadas por seus esposos na pescaria do Lago Grande de Monte Alegre. Espera-se que, no desenvolvimento da pesquisa, se possa obter mais informações sobre a participação das mulheres de São Diogo na produção pesqueira.

As mudanças nas atividades econômicas ocorridas na comunidade de São Diogo podem ser extensivas à maioria das comunidades localizadas nessa região do Lago Grande de Monte Alegre, ou seja, até metade da década de oitenta havia uma produção de juta, combinada com agricultura e criação de gado branco, mas com o declínio da

produção da juta, a pesca passou a ser uma atividade econômica importante, principalmente para as comunidades localizadas nas restingas, onde a agricultura é insipiente.

Tais mudanças implicaram não somente a redefinição dos espaços de produção, mas também, a redefinição das atividades e dos papéis sociais, com a especialização de algumas pessoas em certas atividades como a pesca, a agricultura, o trabalho como vaqueiro[13], e mais recentemente, "diarista", ou seja, o trabalho na "caiçara" (derrubada de mato para fazer o plantio de pasto para o gado).

A produção de vídeo-documentário (Pescadoras de Cuieiras), sobre o trabalho das mulheres na pesca do rio Amazonas, é também um instrumento que constata a importância do papel desempenhado pela mulher pescadora na economia dos grupos sociais nos quais se encontram inseridas .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E.F. 1994. *Relatório de Pesquisa Projeto Iara*. Monte Alegre, Ibama, 4p. Inédito.

ALENCAR, E.F. 1995. *Relatório de Pesquisa Projeto Iara*. Monte Alegre, Ibama, 11p. Inédito.

FURTADO, L.G. 1987. *Curralistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 366p.

[13] Encontramos em algumas comunidades (Aldeia, Curral Grande, Curicaca, São Diogo, p. ex.) a existência de pessoas que cuidam do gado de grandes criadores, principalmente de búfalo, que são referidas como vaqueiro. Em alguns casos, os vaqueiros são também pessoas que venderam suas terras para o proprietário do gado e migrou para área urbana. Não conseguindo se estabelecer na cidade, retornam para trabalhar como assalariados. Geralmente complementam a renda com a pesca para comercializar.

FURTADO, L.G. 1993. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.* Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 486p.

FURTADO, L.G, LEITÃO, W.M. & MELLO, A.F. (orgs.). 1994. *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia.* Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 292p.

HARTMAN, W .1992. Por uma co-administração de recursos pesqueiros em águas interiores da Amazônia. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.

MALDONADO, S.C. 1993. *Pescadores do Mar.* São Paulo, Ática.

MAUSS, M. 1974. Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia.* São Paulo, EPU.

McGRATH, D.; CALÁBRIA,J; AMARAL, B.; FUTEMMA, C. & CASTRO, F. 1993. *Varzeiros, geleiros e manejo de recursos naturais na várzea do Beixo Amazonas.* Belém, UFPA/NAEA (Cadernos do NAEA, 4).

MOREIRA, E.S. 1993. *Relatório de Pesquisa Projeto Iara.* Monte Alegre, Ibama. Inédito.

MOREIRA, E.S. 1994. *Relatório de Pesquisa Projeto Iara.* Monte Alegre, Ibama. Inédito.

ANEXO I

MONTE ALEGRE NA VISÃO DOS CRONISTAS E VIAJANTES: 1817 A 1913

Cezar Augusto
Edma Moreira

A partir do século XVII com a expansão portuguesa na Amazônia, intensificam-se as viagens pelo Rio Amazonas. Cronistas e viajantes em busca de "desvendarem os mistérios" da beleza e riquezas da região, percorrendo rios e visitando lugarejos, revelam suas vivências no cenário amazônico. Descrevendo sua fauna, flora, os habitantes e seus costumes.

A partir desses relatos fazemos uma reconstituição de momentos da história de Monte Alegre, em especial, dentro do contexto do Baixo Amazonas como um todo.

As viagens em direção ao rio Amazonas do Pará partiam do Pará em barco a vapor. Com uma tripulação de cerca de 20 homens, geralmente estrangeiros. Partindo do porto de Belém, era 'parada obrigatória' a ilha de Marajó, onde o clima suave ao entardecer era destacado. A partir de Marajó, com freqüência, se descreve a 'Suíça amazônica' dada a beleza do sistema de montanhas do 'Jari-Paru-Paraquara-Ererê' (Coudreau 1895: 14).

Na literatura consultada, o Baixo Amazonas é destacado pela sua riqueza de vegetação, fauna e flora. A cidade de Santarém é às margens do Tapajós e Amazonas. E pelo seu desenvolvimento no comércio, é considerada "o empório do comércio entre a parte ocidental da Província do Pará e a capital" (Spix & Martius 1817).

A população de Santarém, segundo Spix e Martius, era de quatro mil habitantes, em sua maioria brancos. Estes recebiam das vilas de

Óbitos, Faro, Alenquer, Vila Nova da Rainha, Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro, produtos para comercialização, entre os quais: o cacau, salsaparrilha, cravo-do-maranhão, café, algodão e borracha (Spix & Martius 1817). Nesta população inclui-se os índios empregados de colonos em pequenas roças.

Spix e Martius, destacam cinco maneiras de pescar dos índios das redondezas de Santarém: o anzol, caçada, igapujá, com a mão e tinguijada (tontear os peixes). Esta última foi proibida pelo governo por causar danos aos rios e lagos, mas esta medida foi pouco observada. Segundo estes autores, este método não era estranho aos lusitanos, pois em Portugal também se fazia a "troviscada" (Spix & Martius 1817: 103, 127).

Dos viajantes que subiram o rio Amazônia, poucos são os que descrevem Monte Alegre, embora a maioria destes façam referência a este lugar. As refernêcias, em geral, dizem respeito à sua topografia. Assim, Monte Alegre é mencionada quando estes autores citam uma série de montanhas tubulares", na margem setentrional do Rio Amazonas que se estende desde a Vila de Almerim até Monte alegre (Spix & Martius 1817).

A economia de Monte Alegre estava centrada no comércio, exportação de cacau, peixe (pirarucu) e nas cabaças (Wallace 1823).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGASSIS, L. & AGASSIS, E.C. 1975. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. v.12. Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia. 323p. (Coleção Reconquistando o Brasil).

AVÉ-LALLEMANTE, R. 1961. O Rio Amazonas até a embocadura do Rio Negro. Chegada a Manaus. In: *Viagem Pelo Norte do Brasil – 1859*. v.2. Cap. 3. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura.

CUDREAU, H. 1977. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia.

CRULS, G. 1955. *Hiléia Amazônica.* São Paulo, Companhia Editora Nacional. (Coleção Brasileira). il.

GARDNER, G. 1975.*Viagem ao Interior do Brasil Principalmente nas Províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1833-1841.* Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia, 260p.

KIDDER, G. 1980. *Reminiscências de Viagem e Permanência nas Províncias do Norte do Brasil: Compreendendo Noticias e Geografia do Império e das Diversas Províncias.* Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia.

PALMA MUNIZ, J. 1904. *Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará.* Paris/Lisboa, Ailland, 232p.

NÉRI, F.S. (Barão de Santana Néri).1979. *O país das Amazonas.* Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, 43).

WALLACE, A.R. 1979. *Viagens pelo Rio Amazonas e Negro (1823-1913).* Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia (Coleção Reconquistando o Brasil, 50).

MINISTÉRIO do Interior. 1972. *Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado - Município de Monte Alegre-PA*. SUDAM/SERFHAU/IDESP.

NUNES, M.A.L.; AQUINO, D.S.; SILVA, C.J.R. 1987. *Mal do Panamá: um grave problema para a bananicultura de Monte Alegre*. Belém, FCAP-Serviço de Documentação e Informação. 12p.

PIMENTEL, G.B.M. 1971. *Sistema de Manejo de um Solo Glay Pouco Húmico do Médio Amazonas Paraense. Monte Alegre-PA*. Belém, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Tese de Mestrado.

REIS, A.C.F. 1949. *Monte Alegre: Aspectos de Sua formação Histórica*. Belém.

REVISTA da Amazônia. 1981. Monte Alegre: cidade que merece o nome que recebe. *Observador Amazônico 4(29)*.

ROCQUE, C. 1968. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. 4.v. Editora Amazônia Ltda.

SISTEMA Estadual de Planejamento. 1978. *Plano Anual de Trabalho*. Estado do Pará (Governo Aluísio da Costa Chaves).

SISTEMA Estadual de Planejamento. 1980. *Plano Anual de Trabalho*. Estado do Pará (Governo Aluísio da Costa Chaves).